

HT-105

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**MULHER E SUA AFIRMAÇÃO NA UNIÃO GERAL DAS
COOPERATIVAS AGRO-PECUÁRIAS**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em *História* na Universidade Eduardo Mondlane.

Amélia Narciso Matos Sumbana

Maputo, Maio 2002

HT-105

**MULHER E SUA AFIRMAÇÃO NA UNIÃO GERAL DAS
COOPERATIVAS AGRO-PECUÁRIAS**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em *História* na Universidade Eduardo Mondlane por
Amélia Narciso Matos Sumbana

Departamento de História
Faculdade de Letras
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisora: *Ximena de Andrade*

Maputo, 2002

O júri:

O Presidente

O Supervisor

O Oponente

Data

Amélia Matos

Ximena de Andrade

Amélia Matos

27/06/02

F. LETRAS U.E.M. *CP*
R. E. *29183*
DATA *15/06/02*
AQUISIÇÃO *oferta*
COTA *H-1-105*

396:631:636
5955m

DECLARAÇÃO

Declaro pela minha honra que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau. Constitui o resultado da minha investigação pessoal.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, marido e filhos que me apoiaram e acarinharam nesta longa caminhada até atingir este nível

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não teria sido possível sem o apoio inestimável de muitas pessoas singulares a título pessoal ou através de instituições públicas e privadas. Foi fundamental a contribuição e participação desinteressada dos cooperativistas.

Não querendo incorrer em omissões involuntárias e injustas manifesto a minha mais profunda gratidão a todos eles sem mencionar ninguém em particular.

Permito-me, contudo, abrir excepção e mencionar a minha supervisora Sra Ximena de Andrade que incansavelmente, com paciência e amizade compreendeu os constrangimentos em que eu trabalhava, pressionada por outras actividades e com os seus valiosos conselhos e ensinamentos me encorajou a prosseguir.

Acrónimos

- | | | |
|-----------|---|--|
| 1. UGC | Ø | União Geral das Cooperativas Agro-pecuárias |
| 2. GZV | Ø | Gabinete das Zonas Verdes |
| 3. GOAM | Ø | Gabinete de Organização do Abastecimento de Maputo |
| 4. PRE | Ø | Programa de Reestruturação Económica |
| 5. PRES | Ø | Programa de Reestruturação Económica e Social |
| 6. OMM | Ø | Organização da Mulher Moçambicana |
| 7. GD's | Ø | Grupos Dinamizadores |
| 8. UNICEF | Ø | Organização das Nações Unidas para apoio a Criança |
| 9. PMA | Ø | Programa Mundial de Alimentação |
| 10. BAD | Ø | Banco Africano para o Desenvolvimento |

RESUMO	6
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I. OBJECTIVOS E METODOLOGIA	8
1.1. OBJECTIVOS	8
1.2. HIPÓTESES.....	8
1.3. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	9
1.4. REVISÃO DA LITERATURA	12
CAPITULO II. PARTICPAÇÃO DA MULHER E SUA INSERÇÃO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	15
2.1. MULHER E SOCIEDADE NO SUL DE MOCAMBIQUE.....	16
2.2. ACTIVIDADE PRODUTIVA E O PAPEL DA MULHER	17
2.3. MULHER, ACESSO E POSSE DA TERRA	18
CAPITULO III. GÉNESE E CONTEXTO EM QUE SURGEM AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS.	21
3.1. ORGANIZAÇÃO DOS CAMPONESES ANTES DAS COOPERATIVAS	21
CAPITULO IV. A UNIÃO GERAL DAS COOPERATIVAS (UGC)	27
4.1. QUE É A UNIÃO GERAL DAS COOPERATIVAS?.....	27
4.1. COMO SURGE A UGC.....	29
4.2. Os RECURSOS NA UGC	32
5. PERFIL DA MULHER DA UGC HOJE	36
5.1. QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E AS GRANDES METAS DA UGC	38
5.2. FORMAÇÃO DOS CAMPONESES	40
5.3. MOTIVAÇÕES PARA PERMANECER NA UGC.....	41
CAPITULO VI. RELAÇÕES DE PODER	45
6.1. RELAÇÕES SOCIAIS DE PODER ENTRE MULHERES E HOMENS NA UGC.....	45
6.2. RELAÇÕES DE PODER NA UGC.....	48
CAPÍTULO VII. DINÂMICA DO MOVIMENTO COOPERATIVO NO PAÍS	50
7.1. COMPARANDO O MOVIMENTO COOPERATIVO NO PAIS	50
CAPITULO VIII- PAPEL DA UGC NA ERRADICAÇÃO DA POBREZA ABSOLUTA	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
BIBLIOGRAFIA	57
DOCUMENTOS	59

RESUMO

Neste trabalho pretendo analisar as características das relações de género, neste caso concreto com o intuito de contribuir para corrigir o entendimento do benefício e equidade que traz consigo o envolvimento de todos, mulheres e homens sem discriminação, nas tarefas do desenvolvimento socio-económico. Mostrar como a participação na esfera pública da mulher permite desnaturalizar os comportamentos da sociedade patriarcal e diminuir as diferenças de acesso às oportunidades, construídas na base da subalternidade do poder entre homens e mulheres (*Young :1975*)

Na dissertação abordo a participação da mulher nas cooperativas agro-pecuárias da Província de Maputo, onde nos anos mais difíceis da guerra de desestabilização floresceram as "machambas do povo"¹ que mais tarde se transformaram nas Cooperativas e Uniões de Cooperativas (UGC) tendo como sua superestrutura a **União Geral das Cooperativas Agro-Pecuárias- meu estudo de caso**.

Esta dissertação está organizada em oito capítulos. O I capítulo trata dos objectivos da pesquisa e metodologia utilizada. O II analisa a participação da mulher e sua inserção na produção agrícola; O III capítulo trata da génese das cooperativas agro-pecuárias; O capítulo IV aborda o que é a UGC; O V capítulo dedica-se particularmente à análise do perfil da mulher que hoje move a UGC; O capítulo VI estuda as relações de poder; O capítulo VII analisa o movimento cooperativo noutras partes do país: No capítulo VIII levanta-se a problemática da participação directa da UGC num programa mais vasto de alívio à pobreza e finalmente faço as considerações gerais e algumas sugestões no capítulo IX.

¹ Machamba do povo era uma forma de produção da responsabilidade das estruturas políticas da aldeia. A participação da população nem sempre foi absolutamente voluntária.

INTRODUÇÃO

A escolha deste tema para a tese obedeceu a uma preocupação que sempre me acompanhou de querer conhecer e divulgar a razão da maior parte dos cooperativistas serem mulheres. Elas se afirmaram no movimento cooperativo porque a maioria dos camponeses moçambicanos caracteriza-se por ser de pequenos produtores dispersos; cerca de 80% da agricultura é feita pelas mulheres, que constituem acima de 51,4% da população do país de acordo com o censo de 1997.

Mais concretamente será através da UGC que procuro visualizar a acção das mulheres, a sua perseverança ao assumir os vários desafios que as puseram na vanguarda deste movimento e demonstrar através da presença das mulheres cooperativistas da UGC que a mulher não obstante ser geralmente considerada um agente secundário, invisível, ela é a principal força de trabalho para a produção alimentar camponesa.

A UGC contribuiu no processo de mudança das mentalidades social e da mulher e abriu novas estradas de conhecimento que ajudam a entender que é possível todos os cidadãos desfrutarem de direitos até então negados ou desconhecidos para muitas mulheres.

Assim, a União Geral das Cooperativas ao confirmar a potencialidade da mulher, por ter tido a oportunidade de participar concretamente no espaço público, deveria levar-nos a reflectir não apenas a partir da dimensão dos direitos do Homem senão também em termos de desenvolvimento.

Considero que a mudança do comportamento social e cultural, bem como a integração crescente da mulher em todas as esferas da vida pública conduz, sem dúvida, à utilização de todas as capacidades disponíveis para um desenvolvimento humano solidário em termo das relações de género.

CAPÍTULO I. OBJECTIVOS E METODOLOGIA

1.1. OBJECTIVOS

- _ Visualizar a dimensão da participação da mulher no movimento cooperativo em Moçambique.
- _ Avaliar a relação entre a participação da mulher na União Geral das Cooperativas e o seu empoderamento "*empowerment*".
- _ Questionar e equacionar a estabilidade da UGC bem como o usufruto de benefícios pelos seus associados.
- _ Verificar se o padrão de organização da UGC tem possibilidades de ser replicado noutras regiões do país.

1.2. HIPÓTESES

- _ A mulher tem sido a grande construtora das cooperativas, no entanto a sua experiência não tem sido suficientemente considerada, estando quase sempre invisível no sector de produção agro-pecuária, por duas razões principais:
 - _ subordinação ao homem no modelo patriarcal de relações de género que orienta as condições , específicas, do seu acesso à educação formal, resultando numa marginalização que atrasa o despertar da sua consciência;
 - _ recusa de aceitação de postos de direcção.
- _ A cooperativa tornou-se no lugar de afirmação da mulher e onde encontra o espaço como produtora e como dirigente porque:
 - _ A sua participação a transforma como sujeito e cidadã contribuindo para a ruptura de ideologias e práticas discriminatórias, ajudando a aproximar as relações entre homens e mulheres para equacionar relações solidárias de género;
 - _ Coloca-a em iguais condições no acesso ao bem público;
- _ Potencializa as suas possibilidades de participação na tomada de decisões;
- _ Abre espaço para abranger um maior número de mulheres particularmente as rurais;
- _ Na cooperativa desenvolvem-se relações de solidariedade que apoiam o seu empoderamento que contribui para a elevação da sua auto-estima e



reconhecimento dos seus direitos desenvolvendo mudanças positivas das relações no seio da sua família.

- Na cooperativa a mulher aparece na esfera pública negociando posições consideradas de domínio masculino. O facto de não depender do marido para a gestão da sua economia e a sua contribuição no orçamento familiar permitem-lhe ter voz activa na condução das decisões familiares.
- A cooperativista não usufrui em pleno dos rendimentos da União;
- O incremento da formação das cooperativistas, o estímulo, a troca de experiências e o apoio por parte dos diferentes agentes do desenvolvimento (Governo, privados, Banca) poderiam criar as condições essenciais para a réplica de modelos similares, tendo em linha de conta a contribuição no alívio à pobreza.

1.3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia que utilizei na pesquisa do material, de que resultou esta dissertação, consistiu na complementação de métodos utilizados pela História, como é a revisão e análise da informação contida na documentação escrita publicada e não publicada (livros, revistas, brochuras e relatórios de projectos) e a informação proveniente de fontes orais a partir da aplicação de entrevistas informais - semiestruturadas. Desde outras dimensões do conhecimento utilizei entrevistas estruturadas para obter a informação de base do grupo-alvo principal: as/os cooperativistas. O trabalho com grupos de discussão assim como a observação directa, também foram envolvidos como métodos de recolha de informação, no contexto da unidade de observação principal realizada nas cooperativas situadas na Machava, Matola Gare, Bairro da Liberdade, Catembe e Benfica Zonas Verdes.

Na abordagem do problema selecionei as seguintes questões principais a responder:

- Visualização da extensão da participação da mulher no movimento cooperativo;
- Avaliação da relação de participação da mulher e o seu "empowerment";

- Verificação da influência, que teve a participação da mulher das cooperativas, na estrutura do poder das relações de género, bem como a incidência que teve tanto nela como na sociedade;
- Apreciação das diferentes trajectórias da participação das mulheres na cooperativização;
- Estimativa da participação da mulher na cooperativa como uma forma de combate à feminização da pobreza no campo.

Este trabalho cobre o período entre 1974-1982, início do movimento cooperativo até 1999, passando por 1990 altura da promulgação da última revisão da Constituição da República que plasma definitivamente o novo modelo sócio-económico em curso.

A selecção das cooperativistas como grupo-alvo de base era obter através dos diferentes métodos de recolha de informação, aspectos da vida de cada um dos participantes da cooperativa e através das suas narrações conhecer a história da cooperativa.

Para a organização informática do inquérito utilizei o programa Access do pacote Office 97 e na análise estatística apliquei o programa SPSS 7.5.

1.3.1 Fontes escritas

As fontes escritas serviram de base para a consulta bibliográfica. Geralmente os documentos consultados, com poucas excepções reproduzem o ambiente sócio-político em que são escritos. A sociedade é patrilinear, androcática daí que de uma maneira quase invariável traduzem relações entre mulheres e homens onde as relações de poder que as guiam subordinam a mulher.

Os documentos escritos consultados pertencem ao Ministério da Agricultura e Pescas, a União Geral das Cooperativas Agro-pecuárias, ao partido FRELIMO, ao Centro de Estudos Africanos, ao Gabinete das Zonas Verdes, à Biblioteca da OMM, como outros documentos do Governo e entidades particulares.

Foi útil consultar trabalhos científicos (Teses de licenciatura e de doutoramento) relevantes para o entendimento não só do movimento cooperativo do mundo e da região mas também para entender como se desenvolvem as relações de género neste sector de actividade.

1.3.2 Fontes Orais

A selecção dos informadores foi realizada de forma a incluir os diferentes tipos de membros da cooperativa (novos, antigos, chefes) homens e mulheres (destacando o facto que a maioria eram e são mulheres). Desta maneira os grupos-alvo seleccionados foram:

- Os/as cooperativistas (grupo alvo de base) a quem se aplicaram os inquéritos (Ver: anexo). O tamanho da amostra deste grupo-alvo correspondeu a 120 associados/as pertencentes às unidades cooperativas da área de estudo, que foi seleccionada com o intuito de cobrir as diferentes realidades sócio-espaciais da UGC, equivalente a 10% do total para cada uma das unidades seleccionadas da estratificação amostral.
- Informadores-chave com quem trabalhei na base de entrevistas informais estruturadas;
- Pessoas de alguma maneira ligadas ao movimento cooperativo: pesquisa na base de Grupos de discussão;
- Observação directa às actividades das cooperativas onde verifiquei que os entrevistados/as se sentiram úteis em contribuir para que a sua história, o movimento e a actividade de que formam parte ficasse registada.

As perguntas colocadas aos entrevistados/as, por meio dos diferentes métodos de recolha de informação, não se circunscreveram a temas ligados à história da cooperativa, senão que se estenderam para todo o movimento cooperativo em geral.

As entrevistas individuais e colectivas permitiram aprofundar e explorar as realidades locais e fundamentar os conhecimentos e informação teórica e documental previamente adquiridos sobre as cooperativas e a UGC em particular.

A área incorporada no estudo subscreveu-se às cooperativas situadas na Província de Maputo, lugar onde se encontra a maior concentração de cooperativas do país. Abrangeu áreas da cidade de Maputo (Mahotas, Zonas Verdes) da Catembe (Chamissava) Bairro da Liberdade e Tsalala bem como a Machava (Vide mapa).

Entre os/as entrevistados/as, por meio do inquérito (entrevista estruturada), houve 92 mulheres e 28 homens, alguns com cargos de chefia e outros eram simples cooperativistas, com nível de formação e de proveniência diversas. Esta amostragem permitiu concluir que a maior parte das participantes são mulheres.

O inquérito continha dados pessoais: idade, nível de formação, língua falada, estado civil, tempo de entrada na cooperativa, etc.

O facto de eu ser mulher e ter vivência do trabalho do campo no sector familiar ^{2/}, facilitou-me a aproximação de alguns aspectos, tendo tido o cuidado que preconceitos anteriores não interferissem na apreciação da realidade que estava em observação. A identidade com alguns problemas apresentados, particularmente por mulheres, embora com níveis diferentes de cultura, educação, necessidades matérias e motivações, ajudaram a minha apreensão dos fenómenos ³ (*Armstrong, 1988:13*)

Também, o domínio da língua falada localmente pelos entrevistados (tsonga) foi uma vantagem que me permitiu uma maior aproximação e confiança com os fornecedores de informação.

1.4. REVISÃO DA LITERATURA

A consulta da literatura teve como objectivo principal obter:

- informação sobre o processo cooperativo em Moçambique e particularmente sobre a UGC privilegiando o papel da mulher;

² A minha juventude decorreu entre a periferia da cidade de Maputo onde vivia e estudava e a machamba familiar de meus pais, onde passava as férias e fins-de-semana a participar em todo o ciclo de produção agrícola.

³ Existe um debate sobre esta problemática pois há teorias que defendem que sendo um entrevistador local a perspectiva de distancia se perde e com ela a riqueza da investigação. Outra corrente defende que é mais realista a entrevista feita por alguém com conhecimento da cultura e realidade local que facilmente apreende as ideias e conceitos. Portanto os riscos põem-se a meu ver para um ou outro caso e talvez com mais benefícios para a entrevista feita por alguém que conheça a realidade e a língua dos entrevistados.

- informação sobre os diferentes contextos sócio-económicos que marcaram as diferentes etapas do processo de cooperativização e;
- conhecimento sobre a "*teoria*" das relações de género aplicadas na produção agro-pecuária.

O discurso político dos documentos oficiais pode-se classificar em dois períodos com características diferentes:

- o período pós-independência de 1974 a 1990, caracterizado por uma ideologia solidária, de partido único e trazida da Luta de Libertação Nacional;
- o período de 1990 em diante, caracterizado por uma mudança na dimensão político - económica no âmbito da ideologia neo-liberal.

Constatei que nos documentos oficiais a referência à adesão dos camponeses às cooperativas é apresentada como um acto voluntário, para o qual as cooperativistas foram propostas através das estruturas de enquadramento social (Grupos Dinamizadores, OMM, OJM) para um novo modelo de sociedade "*livre da exploração do homem pelo homem*".

Nas *fontes orais* havia dois tipos de discurso: o público em que se afirma que está tudo bem e o privado em que as cooperativistas revelavam, (pedindo por vezes que não fosse registado) o seu descontentamento em relação a alguns procedimentos.

Das obras consultadas destacam-se as que se seguem com o intuito de mostrar:

- (a) A relação que existe entre o movimento cooperativo actual e o seu antecessor dos anos 50;

ADAM, Y.; GENTILI, A. - Esta obra refere que o conhecimento que existe nos tempos mais recentes do sistema de cooperativização institucionalizada em Moçambique se refere à experiência da Província de Cabo Delgado, com o surgimento dos "*Liguilani*" em 1950 quando um grupo liderado por Lázaro Nkavadame se organizou para combater a exploração desenvolvida pelos latifundiários portugueses produtores de algodão.

Este grupo difundiu a organização em cooperativas após ter verificado que a aplicação deste método permitia a elevação dos índices de produção tanto nas plantações de culturas de rendimento do algodão como nas culturas de amendoim e arroz.

Analisada essa experiência não duvido que a mesma possa ter servido de modelo ao Governo Moçambicano logo após a independência em 1975, que valorizando a experiência das "Zonas Libertadas"⁴ se propôs lançar um novo tipo de sociedade em que se eliminaria a dominação do capital e o poder seria devolvido aos camponeses.

- (b) O percurso feito pelas mulheres para impor a visibilidade da sua participação na esfera pública, rompendo com os tabus da sociedade tradicional e alguns aspectos do conteúdo da Lei positiva;

URDANG, S " And still they dance" - Faz análise do trabalho árduo e a luta travada pelas mulheres para se imporem na esfera pública particularmente no sector agrícola, mais conservador, onde a confrontação com os hábitos tradicionais e a ruptura com o "status quo" é mais violento. No campo a mulher situa-se sempre em segundo plano e encontra-se subordinada ao homem. Neste livro mostra -se que as mulheres moçambicanas apesar do sofrimento e da pobreza não desfalecem.

- (c) Informar-me sobre as técnicas de recolha de material para pesquisa e sua análise comparando vantagens e desvantagens entre um ou outro método;

ARMSTRONG, A. "Strugling over scarce resources, women and maintenance in Southern Africa" in: *women and law in Southern Africa trust* - fala dos direitos de manutenção que a mulher e principalmente os filhos tem quando há separação do casal. A obra é útil por mostrar a metodologia utilizada na pesquisa e adverte que o pesquisador deve-se distanciar emocionalmente do assunto a tratar sob o risco de prejudicar as constatações finais.

- (d) Tomar contacto com o contributo dado pelas conferencias das Nações Unidas sobre os direitos da mulher durante a Década da Mulher que culminou com a Conferencia Mundial de Beijing em 1995 e as revisões da última década do século passado (as declarações dos +5), onde foram adoptadas importantes estratégias para o desenvolvimento e integração da mulher na vida sócio económica, assim como para a abertura para o exercício pleno dos seus direitos;

" DRAFT African Platform for Action"- Este documento sobre África, foi produzido para preparar a Conferencia de Beijing. Faz a análise das dificuldades que as mulheres enfrentam em todas as áreas económicas e sociais como o emprego, posse de terra, saúde e educação, ciência e tecnologia, os direitos legais e do Homem. Nele se passa em revista o que a dívida externa africana causa de prejuízo para o desenvolvimento e em particular o peso que isso acarreta para a camada feminina que na maioria dos casos se encontra fora dos círculos de decisão. Nela se definem algumas estratégias de acção que tomam em consideração as áreas críticas para a integração da mulher .

- (e) O contacto com esta obra permitiu colher ensinamentos sobre o ordenamento científico pedagógico e metodológico exigido num trabalho de licenciatura. Por outro lado esta tese de doutoramento reporta-se a uma realidade sociológica que diz respeito à área em estudo na qual predomina a cultura tsonga.

LOFORTE, A. M. " *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique*" - Loforte parece considerar que a presença da irmã do pai nos "fora" de decisão seja um privilégio e uma forma de poder da mulher , o que é discutível pois esse poder da "irmã do pai " funciona acima de tudo como um garante da perpetuação da marginalização da mulher. Normalmente o papel dessa tia seguindo a tradição, tende a consolidar o poder masculino sobre quaisquer reivindicações da mulher a quem ela devia proteger, porque em quaisquer circunstancias ela aconselha a mulher jovem a aceitar o que a sociedade estabelece.

- (f) A tese de licenciatura de Muthemba refere-se à experiência de cooperativização em Maputo onde se podem encontrar evidencias que confirmam algumas teses por mim defendidas.

Muthemba, M .J. - "Cooperativas Agrícolas em Moçambique no pós-independencia"
Este trabalho descreve a experiencia da Cooperativa 25 de Setembro no distrito de Boane, onde encontrei aspectos concretos da vida dos cooperativistas.

⁴ Zonas Libertadas foram regiões que a Frelimo iam conquistando aos colonos portugueses e nas quais implantava, sua forma de administração e produção ao mesmo tempo que mobilizava a população para apoiar a sua luta de libertação.

CAPÍTULO II. PARTICIPAÇÃO DA MULHER E SUA INSERÇÃO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

2.1. MULHER E SOCIEDADE NO SUL DE MOÇAMBIQUE

O Sul de Moçambique é caracterizado por uma sociedade de sistema de parentesco patrilinear (Ferreira, 1975: 57) cujo casamento é confirmado através do lobolo⁵/ que tem por objectivo real o controlo da capacidade reprodutiva e do trabalho da mulher, embora existam outras interpretações e representações derivadas da antiga antropologia.

"Nesta sociedade a mulher nasce e cresce sob a responsabilidade do pai ou parente varão, ao ser lobolada ela transita desta paternidade para a dependência do marido e sua família"(Isaacman, 1981:7-11). Trata-se de uma forma de acordo entre famílias do qual a mulher tem poucas possibilidades de apelar para a sua não realização e/ou pôr-lhe termo, mesmo que ela seja infeliz nesta condição. Segundo as práticas costumeiras à mulher não lhe é permitido recorrer à separação. Nestas situações a mulher é condenada pela família e pelas autoridades comunitárias. Quase invariavelmente a filha é aconselhada particularmente pelos membros femininos da sua família a suportar a infelicidade e/ou os maus-tratos do marido como situação normal para uma mulher casada.

Nesta realidade a mulher não tem direito à palavra em público, nem pode participar nas reuniões e muito menos pronunciar-se senão através de um representante masculino que por norma é o pai, irmão mais velho e o marido quando casar.

Abre-se excepção às mulheres mais velhas que de forma muito velada, particularmente a irmã do pai "Rarana" goza de certa audiência e consideração na tomada das grandes decisões familiares. Na sua tese Loforte diz: " *Embora a linhagem do poder seja masculina, este vive em certas esferas numa relação de complementaridade com o poder feminino...é o conselho dos anciãos que detém o*

poder político. Estes, porém, decidem de acordo com a rede de relações onde intervêm as esposas, irmãs mais velhas e tias paternas "(Loforte:1996).

A mulher submetida a uma radical subalternidade é de quem vou falar, que inserida no contexto anteriormente descrito tem como tarefas principais e habituais: o trabalho da machamba, condicionar a alimentação da família, gerar os filhos e criá-los, arranjar lenha e água, muitas das vezes a longas distancias. Em síntese produzir e garantir a reprodução da família. Das entrevistas que realizei verifiquei o que se tem dito em vários estudos anteriores, que demonstram que a mulher africana está de pé cerca de 15 horas por dia, partindo do princípio que ela se levanta às quatro da manhã e só se deita às 19-20 horas (Loforte, Casimiro e Sitoi, 1988:13).

As machambas, onde trabalha esta mulher, situam-se muitas das vezes a longas distâncias do local de residência o que constitui uma realidade que faz subentender que antes mesmo de iniciar a jornada de trabalho de uma mulher em condições normais, ela já se encontra fisicamente esgotada.

Os instrumentos de trabalho que usa são a enxada de cabo curto e geralmente trabalha com uma criança as costas constantemente exposta a todos os efeitos da chuva, sol ou poeiras.

A actividade intensa que a mulher desenvolve demonstra que ela tem uma afinada capacidade de organização das suas actividades diárias que lhe permite realizar várias coisas em simultaneo desde que sai de casa. Ao longo do seu percurso para a machamba ela vai recolhendo verduras e frutas alimentares que vão complementar a refeição da família, ao mesmo tempo que recolhe a lenha que precisa. Também, ao ser a mulher a responsável pela higiene familiar, se o rio fica ao logo do caminho (entre a casa e a machamba) ela se detem para lavar a roupa .

2.2. ACTIVIDADE PRODUTIVA E O PAPEL DA MULHER

O facto de ser maioritariamente a população femenina a engajada na actividade agrícola deve-se ao facto de que no Sul de Moçambique, em especial no sector

⁵ Instituição cultural através da qual a família do futuro marido transfere bens em espécie e/ou dinheiro pelos quais adquire o direito de ter a esposa que também adquire mais respeito que a não lobolada.

familiar, a agricultura ter sido sempre praticada maioritariamente pelas mulheres que muitas das vezes trabalhavam também nas culturas de rendimento no regime de trabalho forçado⁶, no tempo colonial.

"A produção obrigatória das culturas de rendimento (algodão, arroz) intensificou-se a partir do auge da colonização em 1930 com o Estado Novo de Salazar cuja política se caracterizava pela prática de uma agricultura intensiva destinada a acelerar a acumulação de capital pelo aumento da exploração de mão-de-obra barata nas culturas de rendimento" (Hist. Moc, Vol.3.) Quando os homens, principais alvos do sistema de trabalho forçado- conhecido entre as línguas locais como "Xibalo"-, fugiam quem ficava a pagar o imposto em espécie ou em trabalho era a mulher que automaticamente se tornava a concreta responsável pelo seu agregado familiar. Perante esta obrigação, a mulher para garantir o sustento da família necessitava de levantar-se nas primeiras horas da madrugada para cumprir com o trabalho da machamba familiar e posteriormente se dirigir ao Xibalo. Esta dupla actividade da mulher teve consequências significativas: reporta-se que durante esse período uma degradação das condições alimentares das populações de onde se pode deprender que o tempo despendido à sua machamba não era suficiente.

2.3. MULHER, ACESSO E POSSE DA TERRA

Na Província de Maputo o controlo do acesso e posse da terra é exclusivo do homem e da linhagem da sua família. Daí que, em função das relações de género vigentes, a mulher ocupa uma posição subalterna ao homem. O homem é o sucessor da terra, define e controla o seu uso e, produz para o mercado nas terras de rendimento; enquanto a mulher lhe é reservado apenas o direito do seu uso para produzir alimentos para a família.

Quando a segurança retornou às antigas zonas afectadas pela guerra que devastou o país durante 16 anos (1976-1992) o sector comercial expandiu-se o que tornou

⁶ Durante o tempo colonial com a política do Estado Novo de Salazar, cujo desenvolvimento económico dependia também do encremento da exploração dos rendimentos das colónias que deviam alimentar a indústria de transformação portuguesa, os camponeses principalmente os homens (embora em alguns locais se aplicasse as mulheres) eram obrigados a dar a sua força de trabalho gratuitamente as plantações de cha algodão sisal, coco e outras pertencentes aos colonos portugueses. Porque as condições de trabalho eram degradantes, muitos fugiam, sendo em seguida perseguido e se capturados devolvidos às plantações para ser submetidos a condições ainda mais difíceis.

muitas terras cobiçadas por estranhos ou por familiares directos das viúvas, que rapidamente se apropriaram delas. Assim foi com muitas das camponesas que não tiveram outra alternativa de sobrevivência senão integrar-se nas cooperativas.

Uma cooperativista da cooperativa de Bonhiça (cidade de Matola), antiga possuidora de terras deixadas pelo marido afirmava com as seguintes palavras este facto: "*fui obrigada a transformar a minha propriedade em cooperativa pois corria o risco de perder tudo*"

Nalguns casos o homem antes de morrer garante à mulher a continuidade do acesso à terra. Contudo factores vários como a migração, a guerra ou o modelo neo-liberal, podem chegar a alterar essa situação; ainda que a Lei de Terras vigente garanta na sua letra o acesso da mulher à terra numa posição igual à do homem e mesmo considerando que os seus procedimentos não estão suficientemente claros a este respeito.

Um estudo feito sobre esta situação no Zimbabwe (WLSA:1995), cujo sistema costumeiro se compara as normas do sistema de parentesco Moçambicano, em carta enviada à Comissão de Posse da Terra do Zimbabwe, prova que os direitos das mulheres são sempre prejudicados, embora tenham sido sempre as maiores produtoras^{7/}. Na carta diz-se que: "*O facto de que as mulheres carregam o maior peso do processo de produção não tem a consideração que merece. Sob o actual sistema, a preferencia é dada aos homens tanto nas áreas comunais como nos esquemas de reassentamento, onde as mulheres são seriamente prejudicadas*"

Igualmente, Sheldon no seu artigo "A luta continua: Women in Mozambique" (1989:9), confirma em relação as terras destinadas às cooperativas que no caso das zonas verdes verifica-se: "*ser hoje lugar de conflito devido à escassez da terra e à crescente venda para construção ou quintas privadas...Que a discriminação presente nas relações de género desempenha um papel neste conflito, na medida que as mulheres lutam para manter as terras de produção organizada, embora enfrentem sérias desvantagens*" .

^{7/} Ressalva-se que no caso de todos os países da região Austral este sistema é reconhecido legalmente o que é diferente de Moçambique onde a legalidade está representada só no contexto da lei positiva do Estado.

De acordo com o testemunho prestado pelas próprias cooperativistas durante as várias entrevistas que realizei a maior parte das mulheres entraram na cooperativa logo no início da sua constituição, quer dizer por volta de 1982.

Não obstante esse facto elas foram sempre exclusivamente trabalhadoras da cooperativa sem direito a posse da terra, já que esta é da titularidade da União Geral como corporação. Além de carecer de poder de decisão, por exemplo, para aumentar a sua produção agro-pecuária, uma vez que as políticas de desenvolvimento estão vinculadas à direcção central.

Há algumas mudanças a nível legal em relação aos direitos da mulher na actual Lei de Terras, porém muitas cooperativistas em especial nas zonas rurais não conhecem os seus direitos quanto ao usufruto dos bens obtidos com a incorporação do seu trabalho.

Em todo o caso a entrada da mulher na cooperativa produziu uma viragem positiva para o exercício dos seus direitos como cidadã, na medida em que a sua presença contribuiu para a sua afirmação no sector público e particularmente na produção para o mercado.

Esta situação comporta elementos novos nas relações de género: a mulher não só produz bens mas também intervém na sua venda e definição dos preços. Ela ganha assim visibilidade pela função económica que desempenha.

Uma das características da situação da terra em Moçambique pós-guerra foi a facilidade com que se desencadeou a especulação da terra. Por isso é que, no Estado de Direito que se constrói em Moçambique a posse da terra é uma questão candente, uma discussão que deve ser enfrentada com a consciência de que ela não se esgota com o reconhecimento dos direitos da mulher e da comunidade, inscritos na recentemente aprovada Lei de Terras⁸/ quando diz no seu artigo 7 "podem ser

⁸ A Lei de Terras número 17/97 de 1 de Outubro bem como o seu Regulamento esclarecem os processos de aquisição, titularização, registo e transferência do direito sobre a terra e estabelecem as condições sob as quais se aplica o mesmo. A lei aplica-se a terra urbana e agrícola e reconhece os direitos consuetudinários adquiridos pelas comunidades locais e grupos que tenham usado uma porção de terra por 10 anos; estabelece um prazo renovável

sujeitos do direito de uso e aproveitamento da terra as pessoas nacionais colectivas ou singulares, homens ou mulheres ...bem como as comunidades locais". A sociedade e os seus valores estão em transformação e neste debate encontram-se questões e aspectos de implementação regidos pelas normas consuetudinárias que devem ser tomadas em consideração de forma crítica para proteger as camponesas particularmente do sector familiar e cooperativo num processo que permita acomodações sociais não conflituosas. Não se pode pretender que os mecanismos de controlo possam ser alterados mecanicamente ou de forma administrativa, é necessário que os intervenientes sociais - homens e mulheres -compreendam a necessidade de mudança e aceitem que a mulher deve usufruir dos direitos que a Lei lhe confere como cidadã em pé de igualdade.

A divulgação da "Lei de Terras" e o conhecimento do seu "Regulamento" é cada vez mais premente pois a procura de terras por vários intervenientes pode levar os camponeses a perda das suas terras e aumentar os conflitos de terras que já se verificam de forma crescente no país.

A UGC está num processo de regularização das terras das cooperativas suas associadas, mas mesmo aí o título de posse continua sendo da União e não dos associados o que significa que não se transmite a posse nem está confirmado o direito de sucessão.

CAPITULO III. GÉNESE E CONTEXTO EM QUE SURGEM AS COOPERATIVAS AGRO-PECUÁRIAS.

3.1 ORGANIZAÇÃO DOS CAMPONESES ANTES DAS COOPERATIVAS

Durante o tempo colonial, no campo e porque o fundo de terra era suficientemente extenso os agricultores sempre viveram em "miti"(famílias alargadas) dispersos com base económica familiar.

Ainda durante o período de transição para a independência, realizaram-se campanhas de mobilização dos camponeses para aderirem ao movimento de colectivização das

de uso por um período de 50 anos se a mesma é destinada a actividades diferentes das de exploração pela comunidade local, residências individuais ou exploração por famílias moçambicanas e revoga o direito ao uso se a entidade proprietária não cumprir com o plano de exploração sem prestar qualquer explicação.

terras que culminou com a realização, em Maio de 1975, do I Seminário Nacional da Agricultura, no distrito de Murrupula, na Província da Zambézia. Nessa altura o Governo decidiu que a melhor estratégia para acelerar a organização do campo, nos moldes socialistas, era a implantação de "Aldeias Comunais". As Aldeias Comunais que têm o seu modelo nas antigas Zonas Libertadas, estavam a ser concebidas como uma nova forma de convivência entre os camponeses que devia introduzir profundas transformações na estrutura organizativa da produção familiar que culminaria com a produção colectiva cooperativizada. O reassentamento de camponeses em aldeias comunais foi considerado fundamental para equacionar o novo paradigma social (Adam b):1997).

A socialização do campo tinha como objectivo a melhoria das condições de vida das comunidades rurais através da criação de serviços sociais como saúde e educação e o estímulo da participação activa da mulher em todo o processo. A emancipação da mulher foi uma das políticas mantidas sistematicamente pelo Governo da Frelimo, apesar de algumas delas terem ficado apenas como "palavra de ordem". Noutras palavras, muitos dos fundamentos que normam uma real eliminação da discriminação da mulher não foram considerados.

O associativismo era uma forma quase geral de cooperação entre camponeses que cultivavam terras familiares de dimensões que variavam entre 0,5 a 12 ha. Na cooperativa de produção a área propriamente da cooperativa era planificada em conjunto assim como o trabalho incorporado, usando instrumentos de produção, que também eram comunais.

Em Outubro de 1976, na cidade de Quelimane realizou-se, o I Seminário Nacional das Cooperativas (CEA, 1/A), onde se traçaram directrizes importantes, nomeadamente :

- Definição de cooperativa;
- Estruturas e aspectos organizacionais a seguir;
- Apoio a dar pelo Estado;
- Legislação e crédito.

O III Congresso da FRELIMO, realizado em 1977, definiu como sendo objectivo prioritário para o período de 1977-1980 a elevação gradual do nível de vida do povo, em particular da população rural (Frelimo b, 1977:32-4).

O movimento cooperativo foi programático, considerava-se como um caminho inevitável para se alcançar a socialização do campo, importante, para o desenvolvimento e aumento rápido da produção nomeadamente através das cooperativas, machambas e empresas estatais, com formas colectivizadas de comércio.

Em 1980 havia cerca de 27 000 membros de cooperativas agrícolas dos quais 16 341 eram mulheres ou seja 60% do total. *"Por volta de 1988 estima-se que cerca de 1.1 milhões de camponeses estavam deslocados dos seus locais habituais, outros 2.2 milhões estavam afectados por severas carências de produtos alimentares nas zonas rurais e outros ainda 2.6 milhões nas cidades e vilas não encontravam produtos nos normais circuitos comerciais de distribuição". (Christie, 1996 :8).*

A província de Maputo, em 1989, tinha 11 mil camponeses organizados em 200 cooperativas⁹. Para ilustrar, o dito anteriormente, pode-se usar o exemplo do distrito da Manhiça que tinha 16 cooperativas com 1 174 membros trabalhando uma área de cerca de 1 477 ha onde as mulheres representavam cerca de 80% (Min.Agricultura, Rel.: 1996).

O Governo planificava de uma forma a organização do campo, mas por um lado as perturbações político militares que se iniciaram na década de 80 e por outro as ambientais¹⁰, modificaram as condições objectivas.

O quadro que segue indica que à medida que os anos iam passando as carências de cereais iam aumentando, ao mesmo tempo que a capacidade do Governo diminuía, tendo para isso que recorrer às ajudas externas

⁹ Destas cooperativas hoje muitas já não existem devido a guerra e outras porque lhes faltou continuidade de apoio.

¹⁰ / Devido à grande seca que assolou a África Austral e que viria a afectar extensas áreas de Moçambique, "De 1981 a 1984 a África Austral foi assolada pela maior seca que se conheceu na região Sul de Moçambique terá afectado cerca de 4,5 milhões de pessoas (37).

para fornecer alimentos às populações, particularmente quando a crise da agricultura familiar se agravou por volta de 1982.

Quadro 1. Quantidades de cereais por Ton/Ano

Anos	Ajuda externa em cereais	Importação de cereais	Totais
1973	0	118	118
1976	114	36	150
1977	75	112	187
1978	114	190	304

Fonte: Hanlon: 1991 :8:

A subida dos preços dos produtos foi consequência da sua escassez no mercado agravada pelas cheias que se registaram em 1977 e foi neste período que se assistiu ao agravamento da fome que originou o conhecido fenómeno das bichas para a compra de qualquer produto. O aumento do desemprego debilitou a capacidade financeira dos agregados familiares onde o dinheiro físico constituía, nesta comunidade, normalmente a contribuição masculina.

Esta situação acelerou as condições para a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE)¹¹ em 1987. Este programa produziu desvalorizações enormes da moeda (1USD que era 40 MZM passou a 400Mt dentro de 1 ano), cortes nos subsídios para os preços, redução de subsídios às empresas estatais e início da privatização das empresas estatais (Francis, 1996: 14-15). Por outro lado a acção da guerra que afectou o campo empurrou as mulheres, que antes garantiam a produção familiar rural, a migrar para as cidades e suas periferias.

O quadro anteriormente descrito espelha um ciclo vicioso caracterizado por: falta de apoio ao sector produtivo, (familiar em particular), falta de produtos, escassez de divisas para a importação de insumos entre outros constrangimentos que criaram o ambiente propício para o aparecimento de situações de pobreza absoluta que afectou mais a mulher que o homem e reforçou a desigualdade num processo dinâmico de

¹¹ PRE-Programa de Reestruturação Económica surgiu como uma medida para reorientar a economia moçambicana que se encontrava muito débil devido a factores como as calamidades naturais que afectaram a região sul do país bem como a guerra dos 16 anos entre o Governo e a Renamo. Mais tarde nos anos 90 o PRE passou a designar-se PRES sendo o S para definir o carácter social que o Programa passava a incluir.

degradação das condições de vida das mulheres, dando lugar ao fenómeno caracterizado como "*feminização da pobreza*".

A feminização da pobreza limitou as opções económicas da mulher, particularmente das mães solteiras e das viúvas, devido à sua posição subordinada. Na origem destas limitações encontram-se: a falta de acesso à educação, ao treinamento, aos recursos económicos, ao direito de propriedade, ao crédito agrícola, aos factores de produção e aos serviços de extensão agrícola. Todos estes factores adversos marcaram a diferença quando a mulher entrou na cooperativa pois foi em colectivo que conseguiu o apoio que individualmente ela não tinha.

De todas as maneiras é o processo de desestabilização a motivação principal do início do êxodo das populações camponesas para as periferias da cidade "*à medida que a insegurança crescia, a população se encontrava mais sufocada. Aumentava a necessidade de importação de bens alimentares para abastecer tais núcleos familiares urbanos*" (Abrahamson, 1974: 211-213).

Uma análise das taxas de auto-consumo e de comercialização feita pelo Gabinete das Zonas Verdes, em 1984, revelou-se importante para compreender o impacto económico e social do sector cooperativista na vida da cidade de Maputo ao observar que a produção bruta entre 1981 e 1983 passou de 148 toneladas para 706 toneladas. É nesta produção que sobressai uma cifra do autoconsumo explicada pelo agravamento da escassez de géneros alimentícios no mercado (GZV, 1984: 29).

Ainda, na região Sul do país, "*cerca de 50 mil pessoas ficaram sem casas devido a um ciclone, durante 1984, que destruiu a produção de 350 mil camponeses e aniquilou cerca de cinco mil cabeças de gado.*" (Ratilal: 1990).

A desestabilização do país pelo regime do Apartheid crescia, quer através das agressões do regime da Rodésia do Sul, quer mais tarde pelo Movimento de Resistência Nacional; traduzida na destruição de unidades de produção, nas ligações rodoviárias e ferroviárias bem como nas linhas de abastecimento de energia.

Neste clima a produção, importação e exportação de produtos agrícolas foi seriamente afectada. O marasmo económico começou a desenhar-se quando começaram a faltar as sementes, enxadas e bens de consumo.

Na verdade foi neste período que aconteceram todo o tipo de calamidades desde as cheias, as secas, os ciclones até à guerra que se intensificou em todo o país.

A esta conjuntura aliou-se contra a mulher a mobilização quase geral dos homens e jovens que partiam para a guerra deixando a mulher com uma responsabilidade acrescida como garante da vida e da sobrevivência das crianças e dos velhos. " *A guerra a partir de 1984, passou a ser uma das razões principais para o crescente fluxo de deslocados, oriundos de Gaza, I'bane e outros pontos da Província de Maputo onde encontraram no Distrito de Boane as melhores condições de segurança*" (Muthemba,1997:69)

Cabe também salientar que alguns outros factores contextualizados nas áreas rurais poderiam ter sido parte dos impedimentos que atrasaram a integração da mulher no esforço nacional do desenvolvimento.

Dentre eles poderíamos destacar as práticas erradas na execução das políticas do Governo adoptadas por alguns agentes, por exemplo em relação a integração da mulher em todos os programas de formação ou extensão rural, devido ao baixo nível de formação em gestão e aos preconceitos culturais e sociais que envolveram o ambiente rural .

Finalmente não se pode ignorar que havia na altura diferentes correntes de opinião sobre as políticas de desenvolvimento agrícola a adoptar o que criou um ambiente propício à indecisão por parte dos executores quanto ao apoio preconizado para o sector cooperativo, como se constatou no IV Congresso da Frelimo em 1983 " *que este sector não tinha recebido o devido apoio embora importante para o fornecimento de produtos alimentares imediatos*"(Frelimo c)

CAPITULO IV. A UNIÃO GERAL DAS COOPERATIVAS (UGC)

4.1 QUE É A UNIÃO GERAL DAS COOPERATIVAS?

Se assumirmos que uma cooperativa é uma organização que surge de uma motivação quer económica, social ou benemérita utilizando a definição de (Sato,1987:37)^{12/} a UGC é uma pessoa colectiva de utilidade pública com uma génese mista, que por um lado, congregou camponeses/as numa base voluntária, mas que também, teve um apoio entusiasta do Estado que protegeu a UGC com o objectivo de dar solidez a uma entidade privada de estilo novo que enquadrasse as machambas dispersas, numa altura em que a crise alimentar ganhava proporções bastante alarmantes.

"Foi em Março 1980, há 14 anos, que o Governo lançou o trabalho de desenvolver a produção alimentar na cintura verde da cidade de Maputo"(UGC a,1994:1), sendo a UGC registada em 1990. A UGC "quando foi criada integrava sete cooperativas/machambas do povo- com um total de 500 membros" (UGC f,2000: 35).

As pessoas que tomaram parte nos alvares da UGC foram: *"Um grupo de 500 mulheres pobres, na sua maioria viúvas desempregadas e analfabetas que decidiu participar nesse programa de modo a dar um novo rumo às suas vidas. Estas mulheres adoptaram a coopereativa para de uma maneira determinada e persistente,conjugarem os esforços e os seus poucos recursos materiais e financeiros na luta por uma vida de menos miseria e mais dignidade" (UGC a,1994/:1). Por volta de 1985 a UGC [já] tinha mais de 12,000 membros sendo a maioria deles mulheres - 94% - e com dificuldades de aceitar mais membros porque na altura o processo de organização estava no início e não havia capacidade para ao mesmo tempo dar assistencia a todas as cooperativas emergentes (Ayisi,1995:7).*

¹² Para Sato, o surgimento de cooperativas pode ter duas motivações: económica sempre que se trate estritamente do interesse de impulsionar a acumulação rápida de capital ou sócio-política quando o interesse principal está virado para estabilidade social e normalmente motivado pelas forças superiores da sociedade.

Actualmente a UGC é constituída por 183 cooperativas, sobretudo integrando mulheres provenientes da periferia da cidade de Maputo. É nesta localização que basicamente se sintetiza o Movimento Cooperativo actual.

A medida que as cooperativas iam crescendo foi necessário encurtar a distancia entre a cooperativa e o local onde se encontravam os insumos de produção, função que foi cabalmente desempenhada pelas "casas agrárias"¹³. O período de maior crescimento das cooperativas e do número dos seus membros coincidiu com a maior seca da África Austral que persistiu de 1981 até 1984 (*Ratilal:1990*).

Durante o ano de 1983 havia 81 cooperativas das quais surgiram 11 Uniões de Zona, estruturas intermédias entre a sede central da UGC e as direcções locais das cooperativas individuais. (vide estrutura da UGC no Anexo). Estas unidades tinham como objectivo encarregar-se de auscultar as preocupações das associadas, resolver o que estivesse ao seu alcance e realizar todo o trabalho de enquadramento necessário ao bom desempenho das cooperativas sob a sua jurisdição. (*Sambane, entrevista, 1998*)

A direcção da UGC representa legalmente a sociedade cooperativa, faz a gestão administrativa, financeira do património colectivo e responsabiliza-se pela assistência técnica às cooperativas associadas. A função da UGC é apoiar as cooperativas na solução de problemas gerais que ultrapassem o âmbito das direcções locais, i.e. representa as cooperativistas junto do Estado e outras entidades e organiza a prestação de serviços necessários ao desenvolvimento do movimento cooperativo.

Concretamente organiza a formação, contratação de técnicos para apoio ao parque de máquinas, electricistas, canalizadores, técnicos agrícolas e pecuários, construção, assuntos sociais e comercialização.

A UGC, embora, aplique as políticas do Ministério da Agricultura não tem subordinação institucional; hierarquiza-se em Uniões de Zona e Cooperativas que

¹³ Casas Agrárias eram centros de distribuição e de extensão agrícola, espalhados na área das zonas verdes. As principais funções eram a distribuição dos insumos de produção aos produtores familiares e privados assim como o fornecimento de assessoria técnica, transporte dos excedentes e outros serviços sempre a custos muito simbólicos e baixos.

reúnem em assembleias tri-anuais onde elegem as suas presidentes por voto secreto. Todas as cooperativas, embora variem de tamanho, de uma maneira geral tem cerca de 20 a 30 membros e são dirigidas por mulheres com excepção de uma situada na Matola C .

A UGC foi a tempo de combinar a centralização da gestão da sua economia com as normas da dinâmica do novo modelo de mercado, caso que merece menção se tomarmos em consideração que a UGC estava a agir num ambiente em que toda a economia era centralmente controlada e por vezes a violação dessa norma podia custar a conotação de desobediência ao sistema estabelecido. De notar que a UGC conseguiu, de certa maneira, romper com o sistema e adaptar-se com uma visão pragmática, a um espaço permitido para uma gestão privada ainda num Estado de economia centralizada.

A UGC, passou a reger-se por regras de funcionamento empresariais que a levaram ao controlo mais eficaz da produção e conseqüentemente ao aumento da produtividade .

4.1. COMO SURGE A UGC

O espaço ocupado pela UGC foi aquele resultante do êxodo dos agricultores portugueses após a independência nacional que provocou o abandono das quintas situadas na cintura da cidade, agravando a situação de carência de hortícolas na cidade de Maputo.

Em 1980, pela Resolução 35/CM/80 de 5 de Maio, o Conselho de Ministros decidiu a criação do Gabinete das Zonas Verdes (GZV) para assegurar o abastecimento proveniente do sector agro-pecuário da cidade de Maputo. Por volta de 1982 o GZV já apoiava os pequenos agricultores familiares que entretanto tinham sido estimulados a ocupar as antigas propriedades privadas abandonadas, ao mesmo tempo que se encorajava a abertura de outros centros de produção. O Governo queria ver resolvida a questão do abastecimento de produtos verdes à cidade de Maputo, por isso era necessário acelerar a organização dos cooperativistas.

No GZV funcionava um departamento de apoio às cooperativas do qual em 1981 surgiu a União Geral das Cooperativas Agro-pecuárias (UGC).

A estratégia de organização era que as cooperativas se deviam agrupar obedecendo à sua proximidade e nível de desenvolvimento para permitir que a curto prazo, surgissem as Uniões de Cooperativas, prioritárias no apoio fornecido pelo GZV. Desta maneira estas estruturas intermédias, progressivamente passaram a assegurar a prestação dos principais serviços tais como gestão, conservação e distribuição de sementes, meios de trabalho e fertilizantes às cooperativas.

A realização do "*Primeiro Seminário das Cooperativas*" em 1987 e a eleição da senhora Celina Cossa, pelos cooperativistas, para ocupar o cargo de presidente da agremiação foi a "*pedra de toque*" para a reorganização das cooperativas. A separação física da UGC do Gabinete das Zonas Verdes foi um primeiro passo para a afirmação desta nova entidade assim como da sua autonomia. A constituição de uma sede própria, para além de ter proporcionado melhores condições de trabalho, reforçou a sua independência do Estado.

Assim, as cooperativas desenvolveram-se em Maputo por razões muito objectivas como sejam:

- O papel da mulher mobilizada e consciencializada pela OMM para a importância do seu enquadramento no trabalho das cooperativas;
- o apoio material e político proporcionado pelas várias entidades do Governo, ONG's e outros organismos internacionais e das Nações Unidas como o caso de UNICEF, PMA e;
- um intenso trabalho de treinamento e alfabetização".

Ao longo dos anos do desenvolvimento das Zonas Verdes e depois no tempo da UGC foram várias as acções realizadas dentre as quais se podem destacar:

- Seminário sobre o papel do movimento cooperativo de Maputo no desenvolvimento rural (1987);
- Seminário sobre o desenvolvimento rural e educação cooperativa, orientados pelo professor Ferrinho, (1988);
- Treinamento sobre técnicas básicas de gestão financeira.

Foram realizadas reuniões em todas as Uniões de Zona que contaram com a participação dos membros das cooperativas em que os assuntos tratados versaram sobre a participação dos membros nos diversos aspectos da vida da cooperativa. Nestas actividades foi utilizada a dramatização como método de educação" (UGC a, 1994:6-9).

Neste sentido, Ana Augusto, cooperativista das Mahotas, afirmava o seguinte: *"Beneficiei de vários cursos de formação o que me habilitou para muitas actividades e até consegui construir uma casa minha"*

A UGC durante o período de 1981 a 1983 teve como actividade principal a implantação e organização dos diferentes sectores, desenvolvendo acções relacionadas com o apoio na comercialização de hortícolas e da produção pecuária, cujas tarefas iniciais foram de apoio às cooperativas já existentes na comercialização das hortícolas e da produção pecuária.

Neste processo a UGC teve um importante papel como se pode verificar num relatório do Gabinete das Zonas Verdes onde se diz que : *"A UGC começou a funcionar em 1981, realizando como primeiro trabalho a distribuição de produtos que o Gabinete de Organização do Abastecimento de Maputo (GOAM) atribuía às cooperativas agro-pecuárias"* (GZV, 1984:6). Esse contributo era realizado por 24 cooperativas com 1 177 membros que cultivavam 171,5 hectares de terra.

Nessa altura o *"Estado providência"* garantia o fornecimento de quase tudo: emprego, assistência médica, educação e habitação. O direito ao trabalho consagrado na Constituição garantia a todos o mínimo para viver. Este direito muitas vezes era assegurado por um salário centralmente subsidiado uma vez que muitas empresas a que pertenciam esses trabalhadores estavam a laborar com menos 10% da sua capacidade instalada.

No seio da classe operária não se fazia sentir ainda o peso do desemprego que radicalizou-se com a introdução do PRE em 1987, processo marcado pela *"desvalorização da moeda em um quinto, ao mesmo tempo que os preços dos*

produtos conheceram uma subida dramática" (Hanlon, 1991) e despedimentos massivos dos trabalhadores.

De acordo com Ana Augusto^{14/} *"a maior aderência verificou-se em 1983, na época do repolho (se não fosse eu) mas também com o PRE muitos nos deixaram"(entrevista de 9 de Julho, 1998)*

De facto, a criação da UGC permitiu enfrentar de forma activa os problemas de desenvolvimento económico e social da agricultura familiar e cooperativa. Permitiu um melhor acesso ao mercado e aos serviços das instituições de crédito, para além de racionalizar os meios, garantir o aumento da produção e a melhoria de condições de vida do cooperativista.

A UGC foi caracterizada essencialmente como um empreendimento com uma participação massiva de mulheres, como força de trabalho principal. A fome existente na altura, juntamente com o facto deste processo acontecer em plena "Década das Nações Unidas para a Mulher", terá sido um aliado ao seu desenvolvimento. Pela sua localização na cintura de Maputo tornou-se referência obrigatória e favorável a visitas de doadores^{15/} e constituía um exemplo para mostrar onde se aplicavam os fundos e assim garantir a continuidade dos projectos.

4.2. OS RECURSOS NA UGC

4.2.1. Recursos Naturais

A UGC recebeu do Governo a tarefa de dirigir e coordenar as cooperativas de Maputo o que à partida significou uma vantagem, pois o seu objecto de trabalho estava claramente definido restando reorganizar e melhorar os métodos de gestão.

As terras e quintas em que se instalou, como acima já foi referido, na maior parte possuíam algumas infra-estruturas, razão pela qual as cooperativas componentes da União não tiveram dificuldades de arrancar.

¹⁴ Ana Augusto , entrevista: "Se não fosse eu" , designação que se dava ao repolho por ser praticamente o único alimento disponível no mercado porque faltava tudo.

A UGC implantou-se no espaço da cidade de Maputo classificado em "áreas verdes permanentes e provisórias" de acordo com (Christie,1996:43), onde as cooperativas estendem-se por áreas dispersas e com características de solos diferentes a saber no vale do Infulene¹⁶/ a Oeste da cidade , na bacia das Mahotas, no Nordeste (terras irrigadas e mais produtivas), no bairro da Liberdade e na Matola- Gare, a Norte (zona de sequeiro). Na Machava as áreas vão da cooperativa 7 de Abril a Tsalala, para além de ter cooperativas do outro lado da Baía na região da Catembe"(Vide:Organigrama,em Anexo).

As áreas de culturas permanentes tinham um alto potencial agrícola, com bons solos e com acessibilidade às infraestruturas de irrigação.

"Estima-se que estas(áreas) ocupavam 5 230 hectares. Neste espaço havia parcelas demarcadas com infra-estruturas já criadas antes da independência que ocupavam cerca de 1,190 ha: Travessia de duas estradas asfaltadas correspondentes ao Bairro do Jardim e mais a montante no Bairro Jorge Dimitrov que ligam com a rede principal de estradas do distrito urbano 5 pondo-a em comunicação com a margem direita e esquerda do Infulene. Tem uma terceira via de comunicação no Bairro Bagamoio com uma ponte sobre o rio onde os camiões não podem transitar. Não se conhece qualquer registo formal dos restantes 4,040 ha" (Christie,1996)

Muitas dessas terras já tinham importante trabalho incorporado. Por exemplo o Vale de Infulene havia beneficiado de intervenções de drenagem do canal, na base de um projecto do sistema hidráulico e desenvolvimento agrícola no vale do Infulene. Para este projecto houve uma ampla mobilização social de cerca de 1 200 voluntários sendo a maioria mulheres e formação de pessoal moçambicano particularmente topógrafos e mecânicos que se acredita tenham sido em parte absorvidos pela UGC" (Entrevista de grupo,Cooperativa Bagamoio,2000).

¹⁵ Isto passa-se em plena altura da guerra dos 16 anos entre a Frelimo e a Renamo em que mal se podia circular fora da cintura das grandes cidades.

¹⁶ Infulene e o nome de um riacho que irriga grande parte das cooperativas da UGC.

Áreas de culturas provisórias eram de sequeiro, com condições precárias de produção, dada a sua dependência das precipitações atmosféricas. Estas áreas estavam incluídas no perímetro urbano da cidade de Maputo. Estas áreas embora mais agrestes tiveram também uma grande participação de cooperativistas e as mulheres procuravam pertencer à cooperativa como forma de ter acesso aos bens de consumo fornecidos pela cooperativa visto que de outra forma não tinham acesso.

A produção nas áreas de sequeiro não era fácil e parece ter havido certa discriminação aquando do início do movimento cooperativo que dava prioridade às áreas irrigadas e com condições para produção de hortícolas. Estas áreas de sequeiro tiveram uma especialização pecuária. Por exemplo, "*dentre as cooperativas situadas nestas áreas desfavorecidas, houve casos de sucesso nomeadamente no Bairro de Tsalala, onde em 1981 surgiram as primeiras cooperativas dedicadas à criação de suínos. Há informações de que a partir delas, as cooperativistas começaram a ver o benefício do consumo de carne e a entrar no esquema financeiro através da distribuição dos lucros provenientes das vendas*" (GZV, 1984:39).

4.2.2. Recursos Materiais e Financeiros

A UGC recebeu, localmente da Administração do Bairro do Benfica Zona-Verde apoio sob a forma de uma cave para servir de armazém bem como um camião que semanalmente lhe prestava serviços.

Houve vários outros apoios como refere Gertrudes Vitorino¹⁷, que deu como testemunho o apoio que as cooperativas receberam por exemplo da Fundação Eduardo Mondlane da Holanda, que doou meios materiais e financeiros a uma cooperativa da Catembe, que após cerca de quatro anos de actividade viu-se forçada a interromper as suas actividades por causa da guerra.

Também houve facilidades na aquisição de produtos da GOAM para os cooperativistas, bem como apoio da parte de várias entidades, tal como foi expresso por uma responsável de formação da UGC que dizia: a CARITAS¹⁸/ moçambicana

¹⁷ Entrevista feita em 18 de Dezembro 1998 a Gertrudes Vitorino, secretaria de Relações Exteriores da OMM durante muitos anos.

¹⁸ Organização católica internacional que presta apoio humanitário

"forneceu-nos uma carrinha de 3,5t e roupa usada que foi vendida e rendeu duzentos e tal milhões de Meticais o que na altura era muito dinheiro e assim começamos. Foi um dos primeiros parceiros e forneceu um carro que permitiu maior mobilidade e transporte dos produtos da União, a Miséria da Alemanha também nos apoiou. Por seu turno, o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) um banco do Estado dava empréstimos com juros bonificados através do CCADR¹⁹".

O balanço financeiro das cooperativas das Zonas Verdes em 13.12.1983 refere que a criação de suínos foi uma actividade que se alastrou por várias cooperativas com o apoio bancário, com resposta positiva: *"No ano de 1982 as cooperativas que tinham iniciado a criação de suínos, conseguiram pagar a primeira amortização ao Banco".* Assim, na rubrica de passivo pode-se ler:

Items	Quantidades
Investimentos	23 667 000,00
Credores	2 500 000,00
Fundos próprios (doações)	19 400 000,00
Resultado	29 422 000,00
TOTAL	74 989 000,00

A gestão dos fundos concedidos foi sempre feita de uma forma centralizada pela sede central da UGC como foi referido pelas cooperativistas de Tsalala quando diziam *"nós só recebíamos os suínos para criar da parte do Sr. Prosperino que após o seu desenvolvimento vinha buscar. Nunca tivemos participação directa nem nunca soubemos de onde vinham os porcos".* Ao perguntar porque abandonaram a produção de suínos a resposta foi de que *"a direcção assim decidiu para começarmos a criar frangos".* Para esclarecimento deste facto a Dra Zélia Langa (médica veterinária do GZV) explicou: *"A razão do abandono da criação dos suínos que parece não ter sido devidamente esclarecida às cooperativistas foi porque na verdade é mais rentável criar frangos que tem um ciclo de produção mais curto que o dos suínos. Para além de que em 1984 irrompeu a "peste africana" que atacou os suínos e o Instituto Nacional de Veterinária recomendou o abandono desta produção (estima-se que cerca de 16 000 suínos morreram nesse período".* OS cooperativistas por não terem tido a informação correcta pensam que a mudança da produção foi um retrocesso.

E também um facto evidente que a UGC não cresceu apenas na base de doações. Prosperino Gallipoli, numa palestra que orientou no dia 26 de Junho de 2001, na Associação dos Economistas Moçambicanos, falou da produção de suínos, dos

¹⁹ Entrevista com Ana Augusto Sumbana, responsável da formação na UGC

preços que eram praticados na UGC, mais altos que noutros sítios, o que lhe custou ser convocado para o Ministério da Agricultura por ser considerado "candongueiro".

Por tudo aquilo que observei, consubstanciado pelas declarações do Prosperino, verifiquei que havia interesses no grupo de gestão em praticar preços que fossem vantajosos ao crescimento do empreendimento, sempre a procura de lucros e rendimentos apesar do momento difícil em que se forma a UGC. Neste processo é de considerar que este aumento do preço teve também impacto nos consumidores.

5. PERFIL DA MULHER DA UGC HOJE

Com base num inquérito do Gabinete das Zonas Verdes e informação de (Penvenne, 1994:9-10) que analisou as causas da vinda das mulheres para Lourenço Marques (antigo nome da cidade de Maputo) observa-se que eram maioritariamente provenientes das províncias do Sul de Moçambique, sendo cerca de 26% as nascidas na cidade de Maputo e 12% de outros distritos da mesma Província, sendo geralmente viúvas, esposas fugidas à poligamia, separadas ou divorciadas oriundas da agricultura familiar. *"As mulheres não vieram para Maputo porque não quissem um marido, muitas vieram porque já não podiam continuar a suportar o marido, pai ou outra pessoa que era socialmente a verdadeira autoridade sobre elas no campo"*.

No Inquérito que realizei que abrangeu 120 cooperativistas, constatei que 87 eram mulheres o que corresponde a 72,5% da amostra, as quais se encontram maioritariamente dentro da faixa etária de 45 a 61 anos, facto que confirma a tese de Ayisi sobre a maioria dos membros das cooperativas serem mulheres. Esta primazia - percentagem acima de 90 % em 1984 - manteve-se durante 1995.

Actualmente a situação geral do estado civil da mulher da UGC é que numa percentagem de cerca de 46% são mulheres casadas. Note-se que a categoria de casada inclui todos os casos de união, seja religiosa, civil ou de facto. Para além das casadas destacam-se outros dois tipos de situações que é o caso das de viúvas (22% da amostra) e daquelas que se localizam dentro da categoria "outras situações" (19%) sendo estas as que vivem aparentemente sòzinhas mas que tem um homem com quem partilham a vida mesmo que não sendo de forma permanente. Também se apresenta o caso de mulheres que sendo mães solteiras não o quiseram declarar

movidas pelo preconceito de não estarem a viver com o pais(s) dos filhos(4% da amostra).

Em termos de formação as mulheres encontravam-se na altura da criação das cooperativas na base da piramide educacional conforme os dados do I Recenseamento Geral da População em 1983 que indica a relação de analfabetismo entre homens e mulheres como se segue.

Quadro 2 -Relação % dos níveis de analfabetismo, segundo a idade entre mulheres e homens (1983)

G. Etario	Mulher	Homem
20-24 ANOS	83,2%	40,9%
25-39 ANOS	91,0%	53,8%
40-59 ANOS	95,9%	72,0%

Fonte: Recenseamento Geral da População. 1983

Pelo quadro podemos constatar que a comparação entre a formação da mulher e do homem, no país, mostra claramente que na mulher adulta o analfabetismo é superior ao dos homens.

A Direcção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos em 1984, informava que a percentagem de analfabetismo referente às mulheres rurais era igual a 88.5% podendo nas mulheres maiores de 20 anos de idade atingir os 90%, enquanto 59% era a taxa de analfabetismo para os homens. Em relação as mulheres urbanas esta percentagem descia ligeiramente para 56.5%.

Informação do Recenseamento Geral de 1997 sobre a percentagem de analfabetismo entre homens e mulheres nas áreas rurais e nas urbanas em Moçambique mostra que em geral, o acesso à educação é ainda muito baixo. O nível de educação de adultos é 39,6%, o que significa que apenas 6.4 milhões dos 16,1 milhões de moçambicanos sabem ler e escrever. No Norte do país, somente cerca de 14% de mulheres e 44% dos homens são alfabetizados contra 77% e 93% respectivamente para as mulheres e homens residentes na cidade de Maputo. De igual modo, apenas 28% dos moçambicanos que vivem nas zonas rurais são alfabetizados, contra 67% nas zonas

urbanas. Em ambos os casos as diferenças entre sexo e entre pessoas do mesmo sexo são grandes. Cerca de 80% dos homens e 54% das mulheres das zonas urbanas são alfabetizados contra 44% de homens e 15% das mulheres das zonas rurais.

No que respeita a escolarização no mesmo ano, cerca de 67% das mulheres da UGC eram completamente analfabetas e 7% tinham apenas frequentado as primeiras duas classes do ensino primário.

Nestes termos e segundo a bibliografia consultada bem como as entrevistas que realizei ,verifiquei que a alta taxa de analfabetismo entre as mulheres poderá ter contribuído por um lado para o retraimento delas na aceitação de cargos de direcção e sua conseqüente marginalização da chefia por não saberem ler e escrever .

Igualmente constatei que o actual do estado de formação das cooperativistas da UGC melhorou conforme o que se segue:

Quadro 3 -Relação % dos níveis de alfabetização, segundo a idade entre mulheres e homens da UGC. N=120 2000

G. Etario	Mulher	Homem
20-24 ANOS	9%	-----
25-39 ANOS	15.9%	28.1
40-59 ANOS	65.9%	71.8%

5.1. QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E AS GRANDES METAS DA UGC

O trabalho de investigação feito mostrou que das 87 mulheres,seis (6) eram analfabetas e 81 alfabetizadas, com uma formação que variava da primeira a sexta classe ou mais.

Quadro 4. Escolaridade da Mulher cooperativista N=120) 2000

Habilitações	Número	Percentagem
Analfabetas	6	6.9
Escolarizadas	81	93.1

Fonte: Meu inquérito

A mobilização das camponesas e aproveitamento da sua experiência sobre agricultura onde tinham estado anteriormente bem como do seu grau de escolaridade foi uma das melhores estratégias para implementar as novas relações de produção nas áreas rurais.

A UGC encontrou em termos de recursos humanos uma qualificação que garantisse que o processo se pudesse desenvolver, que era beneficiar os cooperativistas e abastecer o mercado da cidade de Maputo. Outra vantagem para a UGC foi que todas as camponesas se encontravam enquadradas social e politicamente na FRELIMO ou nos Grupos Dinamizadores (GDs), ou na Organização da Mulher Moçambicana (OMM) que lhes permitiu ganhar experiência de organização e trabalho colectivo.

Não se pode ignorar que a OMM após a independência desempenhou um papel fundamental na consciencialização para a emancipação da mulher e sua integração nas várias tarefas de reconstrução, tendo dirigido entre outros, processos massivos de Alfabetização para os seus membros.

O próprio Samora Machel, primeiro presidente da Republica de Moçambique, considerava que a revolução moçambicana nunca seria completa e com sucesso sem a participação activa da mulher. Na Conferência Extraordinária da OMM em 1984 foram feitas severas críticas à OMM por não ter sabido definir claramente as tarefas para o envolvimento da Mulher, mas na verdade o que não se visualizou nessa altura foram as limitações que tinha a OMM para se converter num real movimento de mulheres e para as mulheres.

Por isso as críticas levantadas (assinaladas anteriormente), sendo concretas não chegam a explicar o fenómeno que se observa em muitos partidos progressistas do mundo, onde os direitos da mulher sempre são postergados perante o exercício de outros considerados mais primordiais pelo que parece que não estava muito claro para todos qual devia ser o papel da OMM.

É de considerar que a direcção da UGC teve a capacidade de identificar que a manutenção das mulheres na cooperativa tinha a ver com a facilitação do acesso ao conhecimento, aos produtos básicos de consumo, às condições de segurança das suas crianças (estimulou a criação de creches)²⁰/ entre outros benefícios.

5.2. FORMAÇÃO DOS CAMPONESES

Nesse sentido desde o início a UGC considerou que a formação/educação era uma das formas privilegiadas de acesso ao poder pela mulher e imediatamente organizou-se para combater o baixo nível de escolarização e formação que as cooperativistas possuíam. Maria Augusto (cooperativista) conta o estado de formação das camponesas que iniciaram a UGC dizendo que "*entrou na cooperativa porque as colegas da mãe que já era cooperativista solicitaram o seu apoio para fazer o registo dos produtos*" pois *nenhuma sabia escrever* (Entrevista Maria Augusto)

Assim a UGC desenvolveu um sistema interno de formação através de cursos práticos relacionados com o dia a dia, tendo começado com cursos de alfabetização e educação de adultos incorporando "*educação cívica, avicultura, organização e gestão, cooperativismo, desenvolvimento rural e outros*"(UGC a,1994:18-22), que tiveram lugar no Centro de Formação e através de brigadas móveis que se deslocavam às cooperativas.

Como disse anteriormente, a UGC na sua acção incluiu as perspectivas de formação delineadas no GZV como vem expresso na análise realizada no Plano de 1984, que se refere a estímulos de elevação das capacidades técnicas que atraíram as cooperativistas como sejam :

- a) "*Formação das cooperativistas em planificação, feita pela UGC em colaboração com o GZV e outras estruturas do Partido e do Governo;*
- b) "*Início do reconhecimento jurídico das terras das cooperativas;*
- c) "*Levantamento das características sociológicas das cooperativas e cooperativistas, em que foram formados cerca de 40% em cursos de liderança;*
- d) "*Início do estudo aprofundado económico-financeiro das cooperativas;*

²⁰ No relatório da direcção à Assembleia Geral da UGC referente ao triénio 1994/96 refere-se: "O apoio às crianças tem sido feito através da contribuição que a UGC dá ao funcionamento das 35 creches das cooperativas"

- e) *Início de cursos de formação de quadros técnicos de nível básico em particular no domínio da contabilidade com grande participação do Banco Popular de Desenvolvimento, que treinou cerca de 15% dos que haviam entrado 3/5 anos depois na cooperativa.;*
- f) *Abertura de duas creches que em 1983 já serviam cerca de 550 famílias camponesas;*
- g) *Formação das direcções das Uniões de Zona em gestão e contabilidade. Participaram cerca de 100% das que em 2000 tinham 6 a 10 anos de permanência;*
- h) *Início de um trabalho sistemático de introdução de tecnologias agrícolas melhoradas nomeadamente, uniformização de viveiros, construção de canteiros, definição de compassos apropriados a cada cultura, etc., este treino abrangeu uma média de 30% daqueles que entraram 3/5 anos depois pois que a UGC já começava a admitir pessoal com mais formação.*
- i) *As cooperativistas tinham prioridade em 1980 no fornecimento da semente de amendoim."*

"Durante o triénio 1994-1996 foram realizados 169 cursos e seminários nos quais participaram 4.249 camponeses ligados a UGC" (UGC b,1991).

Neste momento a UGC possui escolas de ensino secundário e técnico médio de onde sai a força de trabalho qualificada para dar assistência aos seus vários sectores de actividade.

Num editorial ao jornal da UGC Celina Cossa fez uma declaração que demonstra que o objectivo foi sempre o de crescer quando diz: *"Queremos que os nossos agricultores se eduquem, que criem uma consciência individual e colectiva cívica, lúcida e exigente que melhorem as suas condições de vida que se tornem agentes activos do mercado que possam proporcionar aos seus filhos possibilidades de acesso a existências menos árduas e mais dignas"* (Wasala Wene, 1998 . 1.).

5.3. MOTIVAÇÕES PARA PERMANECER NA UGC

Entre os 120 cooperativistas entrevistados, com entradas em momentos diferentes na UGC, as mulheres permaneceram mais tempo enquanto os homens rapidamente sentiram-se frustrados e deixaram a cooperativa para procurar outras actividades. Recorde-se que a própria UGC no início não tinha a variedade de funções que tem hoje. As mulheres que permaneceram na UGC encontram-se dentro de ocupações iniciais, variadas. Delas 13 mulheres se dedicavam apenas a agricultura (deste grupo 6 entraram no princípio, quatro anos e meio depois e 3 no período de tres anos e meio depois. Das 48 mulheres que se dedicavam à machamba combinada com actividades domésticas, igualmente se distribuíam por anos de ingresso: 10 eram vendedeiras de produtos variados, 6 vendiam produtos confeccionados pelas próprias (amendoim torrado, badgias, peixe frito); enquanto 42 faziam outras actividades não especificadas. Entre estas últimas encontravam-se as operárias das fábricas de descasque de castanha de caju, malhas e empregadas domésticas.

Quadro 5. – Actividades realizadas pelas mulheres antes da sua entrada na UGC, segundo número de pessoas. N=120

Items	1984	1985	1986	1987	Total
Agricultura	6	4	3	---	13
Agric/act domesticas	33	9	6	---	48
Vendedeiras	4	4	2	---	10
Confeccao	1	2	3	---	6
Vendas/casa	10	9	21	2	42
Outros	1	---	---	---	1
Total	55	28	35	2	120

Fonte: meu inquérito

Todas estas cooperativistas contaram histórias que explicam diferentes motivações que as levaram a ingressar e permanecer na UGC tendo sido na primeira fase um grande incentivo a possibilidade de compra de produtos de primeira necessidade colocados na machamba pela GOAM, o que evitava que tivessem que permanecer longo tempo nas bichas. Mais tarde vieram outros estímulos como a formação e outros materiais como provam ao falar das vantagens obtidas como por exemplo o acesso à habitação referido por Maria Augusto " *Iniciamos em 1987 um dos nossos*

principais projectos para transformarmos a nossa qualidade de vida como camponeses: o projecto das 100 casas de Zimpeto.... Ao mesmo tempo que se prosseguiu com o programa de apoio ao melhoramento de habitações tradicionais...este programa beneficiou cerca de 300 famílias nesse período" (Entrevista com Maria Augusto) e o aumento da produção que lhes passou a beneficiar.

Quadro 6. Comportamento da produção. 1981 - 1984

	1981	1982	1983	1984 (estimativ)
Produção bruta	148 Tons	350 Tons	706 Tons	660 Tons
Autoconsumo	50 Tons	130 Tons	310 Tons	660 Tons
% de Autoconsumo	(34%)	(40%)	(44%)	-----
Comercialização	98 Tons	220 Tons	396 Tons	-----
Med.cons./coop/ano	42,5 Kg	61 Kg	65 Kg	79,5 Kg

Fonte: Zonas Verdes de Maputo, 1984

Neste caso as cooperativistas diziam que não saíram defraudadas no seu desejo de melhorar os seus níveis de vida.

A melhoria do sistema de mobilização das cooperativistas e a mudança do *modus operandum* que significou passar de uma distribuição gratuita de bens de consumo e insumos de produção para uma espécie de pacto social estabelecido num compromisso de carácter mais empresarial e comercial, permitiu um salto qualitativo tanto nas relações de trabalho como no aumento da produção. O apelo à participação de cada cooperativista para disponibilizar os seus instrumentos de produção reanimou o espírito de trabalho árduo bem como a solidariedade e inter-ajuda entre as cooperativistas e passou a permitir o controlo da produtividade de cada um.

Quadro 7. Experiencia anterior das cooperativistas

Actividades realizadas	Numero	%
Na OMM	45	37,5
Machambas do Povo	15	12,5
Lojas do Povo	6	5
Aldeias Comunaís	20	17
Agricult Tradicional	34	28
Total	120	100

Fonte meu Inquerito

Neste processo contribuiu a experiência anterior de trabalho colectivo das camponesas pois no mesmo universo das entrevistadas verifiquei que das que entraram no início, 9 tinham trabalhado na OMM; das que entraram no período de 1 - 2 anos, 31 tinham experiência de "Machambas de Povo, Lojas do Povo ou Aldeias Comunais" 27 na agricultura tradicional de onde também traziam hábitos de relações de colaboração entre vizinhos como por exemplo os "Tsimos" 21/

Questionadas sobre as vantagens actuais de estar na cooperativa responderam positivamente 117 enquanto 3 não reconheceram vantagens. Das que falaram das vantagens 40 realçaram a melhoria na segurança social, 75 na saúde e 5 na aprendizagem de várias matérias.

Quadro 8. Vantagens apreciadas actualmente pelas cooperativistas

Apreciações	Numero	%
Positivas	117	97,5
Negativas	3	2,5
Total	120	100

Fonte: meu Inquérito

Contudo, numa entrevista conduzida por Emílio Manhique na Televisão de Moçambique em 1998, Celina Cossa referiu-se às mudanças nas relações de trabalho dizendo que: *"Este passo não foi feito num ambiente pacífico, foi uma ruptura necessária, muitas vezes dolorosa e fortemente contestada por algumas forças do poder, que não aceitavam esta emancipação cooperativista"*.

²¹ sistema de mutua ajuda entre vizinhos para o desenvolvimento de trabalho agrícola na machamba de um e vice-versa

CAPITULO VI. RELAÇÕES DE PODER

6.1 RELAÇÕES SOCIAIS DE PODER ENTRE MULHERES E HOMENS NA UGC

Quadro 9. Relação de Género na UGC (2000)

	Nº	%	M:H	GG
Mulheres	87	72.5	73:27	46
Homens	33	27.5	---	---
Total	120	100.0	---	---

Fonte: Inquérito realizado por mim

A relação do número de mulheres e homens na UGC tomando como referência o inquérito realizado mostra que as mulheres estão em maioria, casos de homens que se sobreponham às mulheres em termos de poder não são frequentes.

Neste momento a UGC - após muitas desistências de alguns dos seus membros e o encerramento de algumas cooperativas- tem cerca de 5 000 membros dos quais 95% são mulheres. Em quase todas as cooperativas como por exemplo a de Bagamoio II foi referido que no princípio tiveram a participação de homens embora em número menor, mas porque o rendimento não lhes satisfazia foram desistindo para procurar melhores condições económicas.

Em muitos casos as mulheres referiram que os homens que trabalham nas cooperativas nem sempre são receptivos a ideia de serem dirigidos por uma mulher enquanto noutros casos a preocupação encontrava-se mais virada à observação de que os familiares de alguns dirigentes são tratados com preferência em relação a outras cooperativistas.

Quadro 10. Relação das respostas das cooperativistas sobre a existência de problemas na UGC

Ano de entrada na cooperativa	Existência de problemas				Total
	Sim		Nao		
	nº	%	nº	%	
1984	23	19	32	27	55
1986	7	5.8	21	17.5	28
1988	16	13	19	15.83	35
1989	2	2	0	0.0	2
Total	48	39.8	72	60.33	120

Fonte: meu inquérito

Para pessoas que entraram logo no início das cooperativas de um total de 55 que responderam, 23 disseram que sim havia problemas do comportamento nas relações de poder enquanto 32 declinaram tal realidade; dos que entraram entre 1 – 2 anos de um total de 28 respostas, 7 declararam que sim e 21 que não notavam essa tendência. Do grupo entrado entre 3 – 5 anos, apenas 2 responderam que sim. Numa análise breve conclui que 72 consideraram que não havia proteccionismo dos chefes em relação aos seus familiares, o que não invalida o facto de 48 cooperativistas terem declarado que sim havia.

Confrontadas com a pergunta em relação “à consideração que os homens dão ao trabalho das mulheres”, as respostas mostraram que um total de 64 mulheres diziam que a maioria dos homens consideram o seu trabalho como inferior, enquanto 56, declararam que os homens não as discriminam.

Comparando as experiências que homens e mulheres possuíam antes de entrar na cooperativa verifiquei que cerca de 10% das mulheres tinham estado na OMM, 29% nas unidades criadas após a independência, 30% em actividades tradicionais, 27 na agricultura tradicional enquanto apenas 3% declararam ter estado na categoria “outros”. A percentagem de mulheres trabalhando em unidades criadas após a independência era mais baixa que a das mulheres que estavam nas actividades da agricultura tradicional. Contrariamente os homens estão acima no que respeita às actividades tradicionais bem como na categoria “outros”.

Quadro 11. Comparando Experiencias Anteriores entre Homens e Mulheres. 1984

Actividades	Homens %	Mulheres %
OMM	—	29
Unid. Criadas apos indep.	35	10
Activ. Tradicionais	23	30
Agric. Tradicionl	10	27
Outros	32	4
TOTAL	100	100

Fonte: meu inquérito

Analisando a chefia nos lares encontrei que cerca de 81% dos homens eram chefes dos seus agregados, enquanto entre as mulheres apenas 38% encabeçam o agregado familiar. Esta realidade devia-se ao facto que a responsabilidade era distribuída em 43% pelo marido, 15% por um familiar homem ou mulher, geralmente a sogra. Situação que mostra que embora a mulher seja a produtora, o controlo do agregado familiar e até do rendimento era feita por outra pessoa.

O mérito a destacar no desenvolvimento da UGC reside no facto de ter a frente da direcção uma camponesa carismática cuja actividade se apoiou numa filosofia de desenvolvimento que mantinha uma visão clara dos objectivos a atingir e que foi utilizada no momento certo de tal maneira que ao *"Enquadrar melhor as mulheres pobres permitiu que esta experiência tivesse sucesso e granjeasse prestígio para a sua dirigente tendo merecido a atribuição do "Prémio Mundial de Combate a Fome"*^{22/}. Também nesse processo foi fundamental a participação do padre Prosperino Gallipoli, italiano jesuíta cuja experiência de trabalho com os camponeses em Moçambique remonta aos anos 50 e emprestou grande parte da consistência do processo porque como ele próprio afirmou na palestra dada na Associação dos Economistas, em 2001, a sua base de trabalho foi o respeito e a observação da organização dos camponeses e a inspiração que deles recebeu para decidir que *"devia apoiar-se na vontade e ser servidor dos cooperativistas, ser seu orientador e companheiro a quem devia dar a mão para receber com a outra o que lhe*

oferecessem sem fazer quaisquer imposições". Ele tinha também a vantagem de que fora trabalhador do Gabinete das Zonas Verdes onde teve oportunidade de conhecer melhor o sistema que se estava a implantar, embora com adaptações para dar poder aos camponeses e habilitá-los a conduzir os seus destinos, "ele acreditou no desenvolvimento do povo" (Ayisi, 1995:7).

Celina Cossa e Prosperino deram uma dimensão visível ao sector cooperativo como nova forma de relações de produção no campo, quando nele integraram de forma expressiva o **sector familiar**, além de visualizarem a mulher criando outra dimensão nas relações de género com a participação de mais mulheres no espaço público. Muitas mulheres começaram a auferir o seu primeiro salário nas cooperativas num montante variável, nos anos 80, entre 300 e 500,00 MZM (1USD = 40,00) dependente da produção ²³.

O papel jogado por estas duas personalidades afirmou-se nas condições privilegiadas, económicas e financeiras, (como já me referi), que o Estado e as organizações internacionais ou estrangeiras lhes prestaram em todo o momento.

6.2 RELAÇÕES DE PODER NA UGC

A UGC nascida no seio do Gabinete das Zonas Verdes teve no início um processo de direcção centralizado que se foi desmembrando ao longo do tempo com a autonomização de algumas acções para as cooperativas.

Com o desenvolvimento do trabalho para as várias frentes e de certa maneira o agravamento da recessão económica mundial diminuíram os apoios externos às cooperativas filiadas na UGC. Os cooperativistas começaram a sentir carências que levaram a reconsideração das condições de trabalho e benefícios que se concediam. Assim é que em Assembleia Geral da UGC, realizada em 1991, os sócios decidiram que qualquer cooperativa podia optar pelo parcelamento e distribuição de lotes individuais para as cooperativistas mantendo-se centralizada apenas a produção

²² Entrevista com Amaral Matos primeiro secretário da Frelimo desde há muitos anos e antigo director do Gabinete das Zonas Verdes.

²³ Informação colhida em diversas cooperativas contactadas.



pecuária. Esta descentralização concedeu maior autonomia às cooperativas associadas e garantiu maior controlo local da produção de cada um, estabelecendo, assim, uma remuneração justa de acordo com a prestação de trabalho de cada um. Nos novos moldes, os instrumentos de produção como enxadas, regadores e outros passaram de novo a ser de propriedade individual enquanto as infra-estruturas tais como armazéns, capoeiras, furos de água, veículos, árvores de fruta permaneceram sob tutela colectiva.

Este sistema embora objectivo em termos de apropriação directa do rendimento pelas cooperativistas, mereceu algumas críticas, pois se por um lado autonomizava a exploração dos lotes de terra, que foi um benefício de acordo com uns, por outro na prática o conceito de propriedade colectiva não foi bem entendido o que levou algumas a afirmarem: "*Depois de algum tempo disseram: já pagaram a construção dos pavilhões, agora vão começar a beneficiar dos vossos lucrosaté depositamos o dinheiro no Banco que levantávamos durante algum tempo para os salários, mas depois disseram que o dinheiro acabou sem sabermos comofomos andando e viram que estávamos a sofrer e decidiram distribuir os talhões e nós ficamos satisfeitas com isso*" (Entrevista com Julieta Mangana). Mas aqui as camponesas perderam o apoio que era facultado pela União, em relação ao acesso às sementes e mesmo para a comercialização do produto final das machambas, daí que as cooperativistas criticam o facto dos bens colectivos como as moto-bombas e moinhos já não terem a assistência de outrora, por exemplo para as avarias que vão desde a falta de conhecimentos adequados da sua utilização ao desgaste devido ao tempo útil de vida. Este facto que prejudica sobremaneira a produção e o rendimento agrícola faz as beneficiárias lamentar e concluir que deixaram de ter apoio pelo facto da produção ter passado efectivamente a ser para proveito individual.

No que diz respeito ao enquadramento nas relações de trabalho a UGC joga um papel educador dos seus membros na medida em que se preocupa em instilar valores morais aos cooperativistas, em especial quanto à necessidade de se absterem dos roubos e dar primazia ao trabalho e espírito solidário. No caso de infracções são estabelecidas sanções que vão desde a despromoção do posto de trabalho até à expulsão.

CAPÍTULO VII. DINÂMICA DO MOVIMENTO COOPERATIVO NO PAÍS

7.1 COMPARANDO O MOVIMENTO COOPERATIVO NO PAÍS

Procurei comparar algumas realidades, para detectar possíveis factores explicativos e talvez motivos de não se ter verificado outros sucessos do movimento cooperativo agro-pecuário noutras regiões do país.

Estudos comparativos feitos sobre quem participa geralmente nas cooperativas mostraram que na região Norte de Moçambique a maior percentagem de participantes são homens.

Houve tentativas de criação de cooperativas noutras partes do país, casos das províncias de Manica, Sofala e Nampula que não tiveram continuidade, sendo as possíveis causas que deram lugar a esta situação as que se segue: 1. que os quadros de chefia careciam de prática de exercício anterior de poder; 2. que estavam longe do centro de decisão; 3. que nunca chegaram a ter a dimensão do apoio como a que teve a UGC.

Na província de Sofala, onde o movimento cooperativo pareceu querer florescer, não existia uma estrutura que congregasse as cooperativas, embora tenha havido um Gabinete de Zonas Verdes, igual ao da cidade de Maputo. Constatei que desde 1984 houve na cidade da Beira embriões de cooperativas, algumas com o apoio da UNICEF, que estabeleceu um programa de apoio a centros de produção ligados a uma divisão da Direcção Provincial da Agricultura que supervisava as Zonas Verdes. Cada centro era dirigido por três mulheres eleitas que geriam um orçamento de cerca de 10.000.000 milhões de Meticais o que correspondia na altura a USD 1.500 Ayisi(1995:15). Neste caso, embora o objectivo fosse o mesmo – produzir alimentos e ajudar as mulheres a desenvolverem-se económica e individualmente – o facto é que o empreendimento não teve sucesso dado que “*na cidade da Beira, as mulheres estavam menos viradas para a agricultura. Outro factor adverso foi a escassez de terra disponível, agravado pelo nível freático das águas que facilmente inundam as culturas*” (Ayisi,1995:15).

Além disso as condições de mercado eram também menos favoráveis que na capital do país. Na cidade de Maputo, existia experiência acumulada e infra-estruturas de suporte para a actividade comercial, acrescido pelo facto de que as cooperativas da cidade da Beira estavam directamente ligadas ao Ministério da Agricultura, sendo portanto, à partida as condições para a comercialização da produção objectivamente diferentes.

A Província de Manica teve também um movimento cooperativo, que sobreviveu enquanto teve apoio directo do Estado, mas porque a sua estratégia de desenvolvimento não tomou logo em conta a necessidade da sua auto-sustentabilidade logo que o apoio do Estado desapareceu o movimento sucumbiu.

Por isso, e verificando que praticamente apenas a UGC sobreviveu, devemos recorrer a outras informações para a sua análise: como seja os níveis de apoio que recebeu, a forma de planificação adoptada e como se resolveu a relação produção e interesses de classes para daí tirar algumas conclusões sobre a forma como estes aspectos todos foram equacionados. Há referências que indicam que em alguns lugares não houve o devido apoio e a planificação foi sempre feita sem o concurso dos cooperativistas."- *Os dados relativos as áreas lavradas, semeadas e sachadas foram sempre incertos e por vezes contraditórios, devido à falta de controle fisico seguro, realizado quer pelos próprios cooperativistas inexperientes, quer pelas estruturas de apoio e onde a ausência de simples directivas sobre a distribuição do rendimento colectivo criou situações de desmobilização"* (GZV:1985).

Portanto, o processo cooperativo para além de oposições da parte de alguns funcionários estatais, que muitas vezes não entenderam a filosofia que devia nortear a implantação e desenvolvimento das cooperativas e eram hostis a este modelo de desenvolvimento agrário, (mesmo que de forma velada), enfrentou a falta de experiência e de conhecimentos técnico-científicos dos seus agentes bem como a falta de uma visão particular que tomasse em conta as especificidades locais.

CAPITULO VIII- PAPEL DA UGC NA ERRADICAÇÃO DA POBREZA ABSOLUTA

A maioria da população em Moçambique - da qual cerca de 70% está abaixo da linha da pobreza absoluta - encontra-se a trabalhar na agricultura, com limitadas perspectivas de mudança para outras actividades a curto ou médio prazo. Contudo, se deveria considerar que é neste sector onde esta população pode desenvolver aumentos produtivos de alguma importância. Daí que, pareceria importante considerar que, para se sair da exploração de subsistência para a produção de excedentes comercializáveis, seria preciso que se considere a agricultura familiar como parte do sector privado. Isto é, deveria ter um apoio similar ao prestado ao sector privado em vez de ser considerada uma entidade produtiva distinta, e por vezes, relegada a um segundo plano.

O crescimento da produção agrícola pode ser conseguido através de agricultura intensiva, combinada com o investimento no capital humano. Os rendimentos agrícolas têm que ser catalizados por meio do fornecimento de tecnologias melhoradas em que os pequenos produtores devam ser capacitados pelo fornecimento de infra-estruturas rurais e conhecimentos de comercialização que liguem estas áreas ao mercado.

Sabe-se que a elevação dos rendimentos agrícolas incrementa a procura por parte dos consumidores e fortalece a ligação entre a procura e a oferta para as actividades rurais não agrícolas, tais como processamento agrícola, indústrias de produtos agrícolas e produtos básicos de consumo e serviços.

A migração campo-cidade teve um papel notável na aceleração do empobrecimento da economia das áreas rurais.

O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (*PARPA*), com o qual o Governo pretende acelerar a erradicação da pobreza absoluta poderia ser uma boa base, para que utilizando a experiência já adquirida pela UGC combinada com o seu potencial de força de trabalho - treinada em moldes colectivos para atender

problemas de populações vulneráveis - se estabelecesse uma parceria para a implementação de programas e projectos agro-pecuários destinados a pequenos e médios produtores.

A UGC poderia através das suas infra-estruturas ser capacitada para continuar a formação dos/as cooperativistas (ou outros) com vista a transformá-las em empresárias com capacidade de aceder ao mercado agro-industrial, partindo do princípio que o aumento dos rendimentos dos pequenos produtores poderia ser a via mais eficaz para combater a pobreza em Moçambique nos próximos cinco a dez anos. Para isso devia-se alargar a autonomia das cooperativas associadas, bem como considerar a possibilidade de estabelecer ou estender linhas de crédito (micro-créditos) que facilitem a alocação de fundos de apoio às actividades agro-industriais de forma a criar outros centros produtivos.

Seria no entanto desejável, que na implementação deste programa de alívio à pobreza se analisassem os aspectos socio-culturais que permitiriam fazer uma abordagem adequada a cada lugar, de forma a evitar que se repitam erros de implementação verificados no passado, particularmente, nas áreas rurais.

CAPÍTULO IX .CONSIDERAÇÕES FINAIS

De facto a UGC incluiu a mulher nas suas actividades pois trata-se da criação de um espaço onde ela pode desenvolver as suas potencialidades a vários níveis como cidadã, trabalhadora e mulher.

As mulheres das cooperativas - pelo menos parcialmente - se converteram em sujeito na sociedade, muitas delas apesar do seu estado de pobreza têm consciência do seu poder e ganharam respeito na sua própria família. Verificou-se uma certa ruptura na sua alternidade no poder embora num processo difícil porque o poder masculino ofereceu sempre uma grande resistência. Esta luta da mulher, no entanto, se desenvolveu num ambiente rodeado de vários apoios solidários dentre os quais se pode assinalar o procedente do próprio Governo que era favorável a emancipação das mulheres.



As cooperativistas entrevistadas admitiram em geral a existência de um funcionamento "*democrático*", sem contudo faltarem referências ao facto de que nem sempre as suas preocupações eram encaminhadas aos escalões superiores para solução, e verificando-se também, por vezes, algumas manifestações de nepotismo e apadrinhamento dos conhecidos dos dirigentes (Informação do Inquérito). Estes são aspectos que precisam de ser analisados como problemas que afectam as cooperativistas.

Verifiquei que muitas vezes a entrada na cooperativa era restrita e obedecia a laços de parentesco. Não é qualquer elemento da população que tem acesso, em várias cooperativas, a entrada faz-se por ligações das mães para as filhas o que as cooperativistas acham normal porque diziam muitas cooperativistas: "*Não posso deixar o meu familiar e favorecer quem não conheço*".

A maior parte das cooperativistas não está informada do funcionamento de toda a máquina da cooperativa de forma a usufruir ou exigir os seus plenos direitos, por exemplo os lotes de terra a elas consignados carecem de regulamentação particular que possibilite a transferência por sucessão aos seus descendentes o que também é fonte de preocupações das camponesas.

As relações solidárias que caracterizaram o nascimento das cooperativas vão-se perdendo de tal forma que falta espaço para as cooperativistas de base conhecer e exercer os seus direitos. Este conhecimento e usufruto certamente que se poderia traduzir num melhor desempenho na cooperativa. Também se nota que há limitações no entendimento do funcionamento da cooperativa por parte das bases, que leva muitas das vezes a reclamações que não são resolvidas.

As regras do jogo nas cooperativas da UGC não estão a ser aplicadas integralmente de acordo com os diferentes actores. Observa-se, por vezes, um descontentamento por parte das cooperativas associadas pelo facto de não ter autonomia para procurar os seus parceiros e incrementar a produção comercializável (frangos) pois a comercialização é centralizada. Em diversas cooperativas as associadas não tem conhecimento dos lucros resultantes da sua produção o que faz que inúmeras vezes se sintam desmotivadas e fica-se com a impressão de que não há confiança nos

produtores de base, que funcionam como simples força de trabalho e não como parte de uma "corporação" que funciona animada por princípios de solidariedade.

Até uma certa altura a experiência da UGC foi norteada por uma determinada filosofia de relações de trabalho, no entanto devido as mudancas que se verificaram em todo o ambiente economico a UGC nao podia ficar alheia motivo porque neste momento observam-se indícios de que o projecto de cooperativização que tinha um caracter mais humanitario se esta a transformar num empreendimento virado ao mercado o que por vezes nao e compreendido pelos seus associados.

Por outro lado verificam-se limitações de acesso das mulheres cooperativistas aos meios de produção e recursos naturais, particularmente à terra o que as coloca em situações de franca pobreza. É necessário que a estratégia das cooperativas tenha como um dos objectivos eliminar os factores que produzem a feminização da pobreza.

Também se verificam problemas entre as cooperativistas relacionados com a segurança alimentar que deveria estar incluída entre os objectivos a atingir com políticas de gestão agro-pecuária, de forma transparente e sustentável para garantir uma correcta distribuição da riqueza resultante da actividade das cooperativas, em particular das pecuárias.

É assim que, embora a UGC disponibilize um crédito ao investimento com taxas de juro inferiores as do mercado através do fornecimento de pavilhões que custam cerca de 12.000.000,00 MZM e rações para a criação de frangos, verifica-se que o sistema de amortização dos pavilhões bem como o preço final do frango para o cooperativista precisa de ser esclarecido pois é evidente a preocupação entre os associados que nunca sabem qual o retorno financeiro quando o frango vai ao matadouro ou a salsicharia, o que consequentemente dificulta o conhecimento do lucro real da produção. As cooperativistas precisam de conhecer o lucro da produção de forma a programar, por exemplo, o fim do período da amortização das dívidas dos pavilhões com a União (entrevista na cooperativa Alberto Cassimo).

O processo de comercialização bem como a obtenção dos lucros é desconhecido pela grande maioria das cooperativistas devido ao facto de que a sua gestão está centralizada e a UGC carecem de mecanismos que abram espaço de debate e prestação real de contas aos seus membros.

A comercialização é uma componente importante que devia permitir alguma acumulação pelas cooperativistas com vista à sua afirmação empresarial.

Apesar de vários constrangimentos relacionados com os factores de produção, particularmente de frangos, a melhoria das técnicas de produção permitiu que a escala e custos de produção da UGC atingissem níveis de competição com os frangos que entram da vizinha África do Sul no mercado da cidade de Maputo.

Reconhecendo a sua expansão, não posso deixar de referir que a UGC vai incrementando os postos de trabalho, como por exemplo com a abertura, muito recentemente, de um aviário de reprodução de pintos com uma capacidade para dezoito mil reprodutoras orçado em dois milhões de dólares americanos financiados pelo (BAD) Wasala Wene:1998), que além do mais, prova a sua capacidade para atrair investimentos. Os salários até muito recentemente eram relativamente mais altos que o salário mínimo do sector público.

Termino alertando que, ao percorrer as cooperativas fiquei com a impressão de que a sua força de trabalho no campo está, de uma maneira geral, a envelhecer o que exige uma mudança rápida de métodos de trabalho e mobilização de jovens que se interessem pela actividade agro-pecuária.

A formação das camadas mais jovens na UGC não permite vislumbrar uma sustentabilidade do empreendimento porque os mesmos não estão muito ligados ao sector de produção, pois *"um dos problemas que se notaram noutras cooperativas e que teriam levado ao seu fracasso foi a falta de mobilização de camadas mais jovens escolarizadas ou com formação básica e dirigida para a agricultura que pudessem garantir a planificação, gestão, organização do trabalho e manutenção de uma contabilidade mesmo que fosse rudimentar"* (Santos:1984).

BIBLIOGRAFIA

1. ADAM, Y; GENTILI, A. "O Movimento dos Ligulanihu no Planalto de Mueda 1957-1962". In: *Estudos Moçambicanos* 4. 1983:41-75.
2. ADAM, Yussuf, "Evolução das estratégias para o desenvolvimento no Moçambique pós-colonial" in: *Moçambique, perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*. Sogge, 1997, David ed. Amesterdam.
3. ABRAHAMSSON, H; NILSSON, A. *Moçambique em transição- um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. 1974..Maputo.
4. AFONSO, A. *Eu mulher em Moçambique*. UNESCO, AEMO. 1994. Maputo. Moçambique.
5. ANDRADE ,M. PERESTRELO,C. "Evaluation of Mozambique Green Zones Program", 1988, Maputo.
6. ARMSTRONG, A. " Strugling over scarce resources women and maintenance in Southern Africa, in: WLSA, regional report (phase one) 1987, University of Zimbabwe pub.
7. AYISIR, R. "Supporting Women Farmers in the Green Zones of Mozambique" in: *Seeds* (17) ed. Ann Leonard, 1995 (CEA 113/D), New York. USA.
8. BARBIERI, T. "Sobre La Categoria Genero. Una Introducción Teorico - Metodológica" 1990, Fundação Carlos Chagas, PRODIR.
9. BUSTELO, C. "Los derechos humanos y llas mujeres" in : *integrismos, violencia y mujer*. Compilado por Maria Dolores Renau, Ed. Pablo Iglesias pg 1-23, 1996. Madrid. Espanha.
10. BILA C. "Relatorio Final – Dimensao de Genero no diagnostico e planificação das instituições dentro do sector agrario apoiadas pela Cooperação sueca, Unidade de género- Extensão DNDR (CEA, 111/F), Maputo.
11. CLOUD, K. " Women's productivity in Agricultural Systems: Consideration for project design" in: *gender roles in development projects*, Library of Congress cataloging in publication. 1985. USA
12. CHRISTIE, F " *Urban Agriculture in Maputo*" - A research report submitted to the faculty of management in the field of public development management, University of Witwatersrand, Soth Africa. 1996.
13. DUHART, J. " *relatorios finais- Ex-projecios CO-1, CO-2, FO-7.*" Direcção Nacional Desenvolv. Rural, Tomo 1, Vol. 4, 1990, Maputo.
14. FERNANDES, P. " *Guia de trabalho com grupos de camponeses- metodologia e estratégia de trabalho no ambito de promoção e organização de grupos*". Direcção Nac. de Extensão, Ministério da Agricultura, Maputo.
15. FERREIRA, A. " *Povos de Moçambique, Historia e Cultura*", Afrontamento, 1975, Porto. Portugal.
16. FERREIRA, E " *Portuguese colonialism in Africa: the end of an era*", UNESCO Press, pgs 47-108, 1974.
17. GENTILI, A. " *Donne e Lavoro: il Movimento Cooperativo delle Zonas Verdes di Maputo*" in: *Africa*, Rivista trimestrale di studi e documentazione dell Istituto Italo-Africano, 1989(1) CEA 967.9 36/M.
18. GINJA, V. " *NGO's and promotion of self employment in Mozambique*" University of Wales, Center for Development Studies, 1993 (tese Doutoramento), London.

19. HANLON, J. "Mozambique : the revolution under fire" , Zed Books Ltd. 1984, London
20. HANLON, J. " Paz sem beneficio- Como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique" Col. Nosso Chão(10) 1997, Maputo.
21. HANLON, J. "O Dono de Moçambique e o FMI" in: **Mocambique perspectivas sobre a ajuda e o sector civil**, Ed. David Sogge, 1977. Maputo.
22. HERMELE, K. " Lutas contemporaneas pela terra no Vale do Limpopo, Estudo do caso do Chokwe, Moc. 1950-1985" in: **Estudos Moçambicanos 5/6**. CEA, Pgs. 53-81, 1986. Maputo.
23. ISAACMAN, B.; STEPHEN, J. "Moçambique: A mulher , a lei e a reforma agrária", Nações Unidas, ECA, Addis Abeba. 1981.
24. ISAACMAN, A. ISAACMAN, B. " National Liberation and Women's Liberation: mozambican women in the armed struggle 1962-75", 1983. Maputo.
25. IDEM "The role of women in Angola, Guine-Bissau, Mozambique and Zimbabwe" (Paper presented at UNESCO experts meeting) 1983.
26. LAMBERT, P. "La doctina cooperativa", 2nd Ed., Intercoop, Buenos Aires.
27. LOFORTE, A. CASIMIRO, J. SITOI, P. " O Estatuto da Mulher em Moçambique", CEA 967.9: 43/D, 1988, Maputo.
28. LOFORTE, A "Género e poder entre os Tsonga de Moçambique" 1996, Lisboa, Portugal (tese de doutoramento)
29. MATHABANE, M. "African women, three generations" 1994, New York.
30. MUTHEMBA, M. "Cooperativas agrícolas em Moçambique no pós-independencia- O caso da Cooperativa 25 de Setembro em Boane" , UEM, 1997, Maputo (tese de licenciatura)
31. MYERS, G.; ELISEU, J.; NHACHUNGUE, E " Segurança e conflito em Moçambique: Estudos de caso sobre acesso a terra no periodo do pós-guerra", University of Wisconsin. USA. 1994.
32. ONG, P. "women in the transition to socialism: the case of Mozambique" CEA 967.9 45/B, Maputo.
33. PENVENNE, J. "Seeking the factory for women mozambican urbanization in the late colonial era", in: **Journal of Urban History**, vol. 23 nº3, pgs 342-379, Tufts University, 1997. USA.
34. IDEM "A chicomo xa lomvu iku tira- the hoe of the city is wage labour, womens perspectives on factory life and labour in colonial Mozambique" JSAS, 20th Anniversary Conference, 1994, Maputo.
35. QUIVY, R. "Manual de Investigação em Ciências Sociais", Bordas, Paris, 1988.
36. RATILAL, P " enfrentar o desafio utilizar a ajuda para terminar a emergencia" 1990, ed. Globo, Maputo.
37. SANTOS, H. " Cooperativização e desenvolvimento rural em Moçambique- Relatório sobre o projecto COI de apoio ao desenvolvimento cooperativo" 1984, Lisboa, Portugal.
38. SATO, M. " The development of cooperatives in post-independence Zimbabwe: with additional reference to the experiences in Swaziland and Mozambique" (PHD dissertation), University of Leeds, Dept. of Politics, 1987.
39. SHELDON, K "A luta continua" women in Mozambique: draft 8/89. CEA. Maputo
40. SHELDON, K. "Machambas in the city, urban and agricultural work in Mozambique", Lusotopie, pgs 121-140. 1999.

41. **SHERILYN, Y.** " *Women in transition; Southern Mozambique 1975-6, reflections on colonialism, aspirations for independence*", CEA 967. 9 34.44/I, Maputo.
42. **SOLEDADE, V** " *Rural women and socialist revolution in Mozambique*", research paper, Dept. of Anthropology, Univ. of California, Santa Barbara, California, 1992.
43. **SCHROETER, A.; MARCHI, L.** " *Falando em Género- novas praticas de relações de género no trabalho com sectores populares*" ADITEPP(Ass. difusora de treinamento e projectos pedagogicos) 1995, Curitiba, Brasil.
44. **URDANG, S.** " *And still they dance- women war and the struggle for change in Mozambique*", 1989, London.
45. **WUYTS, M.** " *Economia politica do colonialismo portugues em Moçambique*" in; *Estudos Moçambicanos* 1. pgs 9-22, 1980, Maputo.

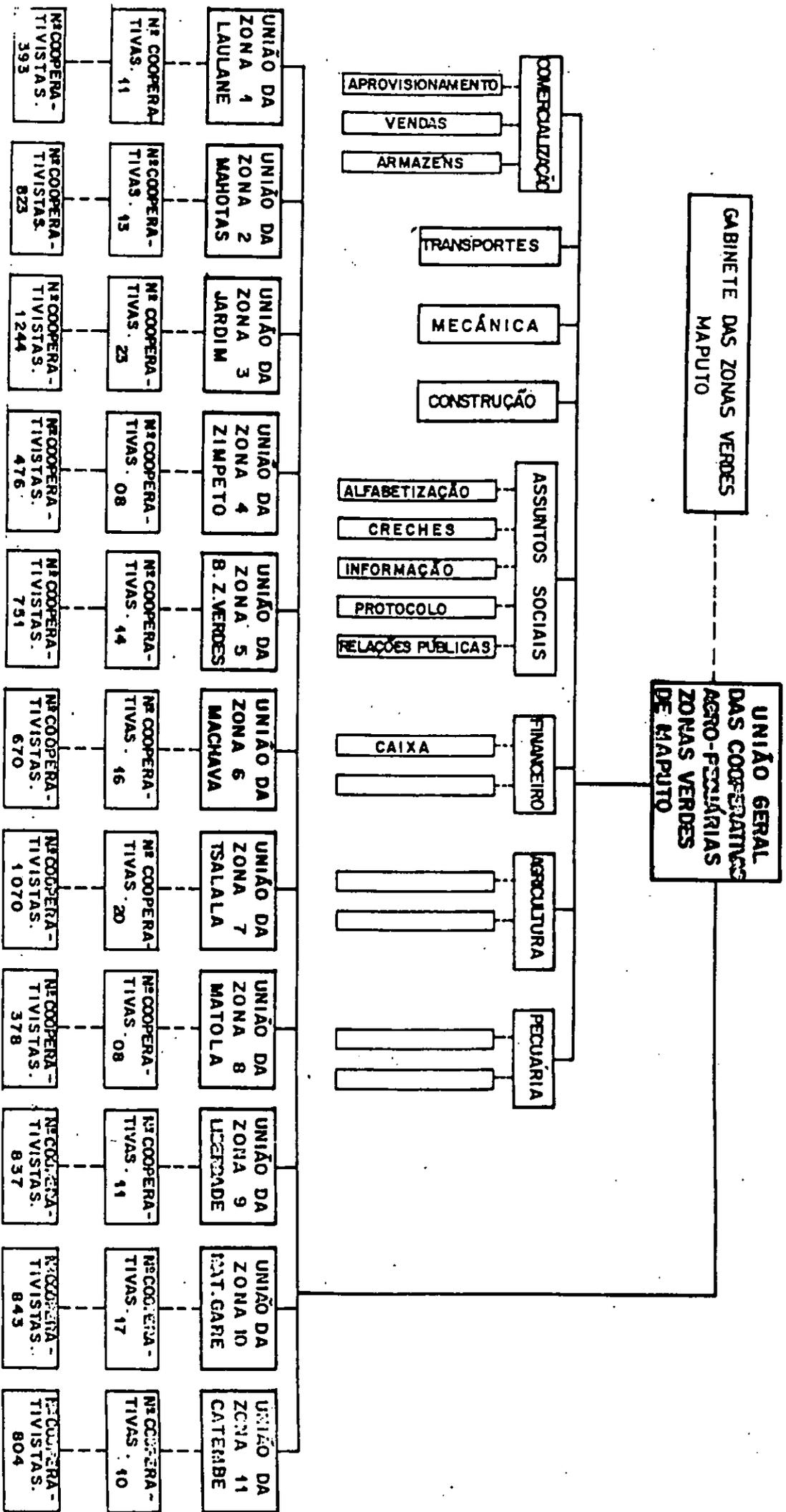
DOCUMENTOS

46. **WLSA a)** " *Acesso e controlo aos recursos- familias em contexto de mudança e os direitos da mulher*", CEA. Universidade Eduardo Mondlane. 1998. Maputo.
47. **WLSA b)** " *Direito a sucessão e herança*" – Projecto de investigação, Dpt. de Estudos da Mulher e Género, CEA/UEM, 1994, Maputo.
48. **FRELIMO a)** " *I Conferencia Nacional do Partido Frelimo*" Doc. Final, Março, 1982, Maputo.
49. **FRELIMO b)** " *Directivas Económicas e Sociais*" Docs do III Congresso da Frelimo, Pgs. 32-34, 1977, Maputo.
50. **FRELIMO c)** " *Directivas Económicas e Sociais*" Col. IV Congresso, Maio, 1983, Maputo.
51. **OMM** " *Documentos da II Conferencia da OMM- 10 a 17 de Novembro 1976*", 1977, Maputo.
52. " *Projecto de desenvolvimento rural da Manhiça- Estudo para a criação de uma união distrital das cooperativas de produção e das associações de produtores agrícolas*", cooptechnical, Janeiro, 1989, CEA 967.9, 36/I, Maputo.
53. **Ministério da Agricultura** " *Contribuição para o programa de cooperativização do campo*", Abril, 1982, CEA 2/B, Maputo.
54. *I Encontro regional das organizações de produtores (Tete Manica, Sofala e Zambézia)* Relatório, Novembro, 1996, Maputo.
55. **Ministério da Agricultura a)** –GODCA " *Documentos finais do II Conselho Consultivo Alargado*", CEA/UEM 1/0. Maputo.
56. **IDEM b)** GODCA – 2 Conselho Consultivo Alargado in : **Boletim informativo** 3. Agosto, 1980, Maputo.
57. **Ministério da Agricultura** " *III Conselho Agrario Nacional*", CEA 1/A, Maputo.
58. **SADC** " *Into the future: SADC and gender strategy workshop (January 1997) and the Ministerial Workshop on gender (February 1997)*" C & Business Systems c. c Printers and Lithographers.
59. " *Que Lei de terras para Moçambique*" *Conferencia nacional sobre terras e projecto da Lei de Terras* in: " **Extra**", Revista para o desenvolvimento e extensão rural, ed. Especial(18), Centro de Formação Agraria e de Desenvolvimento Rural. 1996. Maputo.
60. " *Preparação da II Conferencia da Organização da Mulher Moçambicana*" in: **Revista Tempo** 318. 1976 Pgs. 54-60. Maputo.
61. **Assembleia Popular** – " *Lei das Cooperativas, V Sessão, Docs, CEA 967.9 29G.* 1980. Maputo.

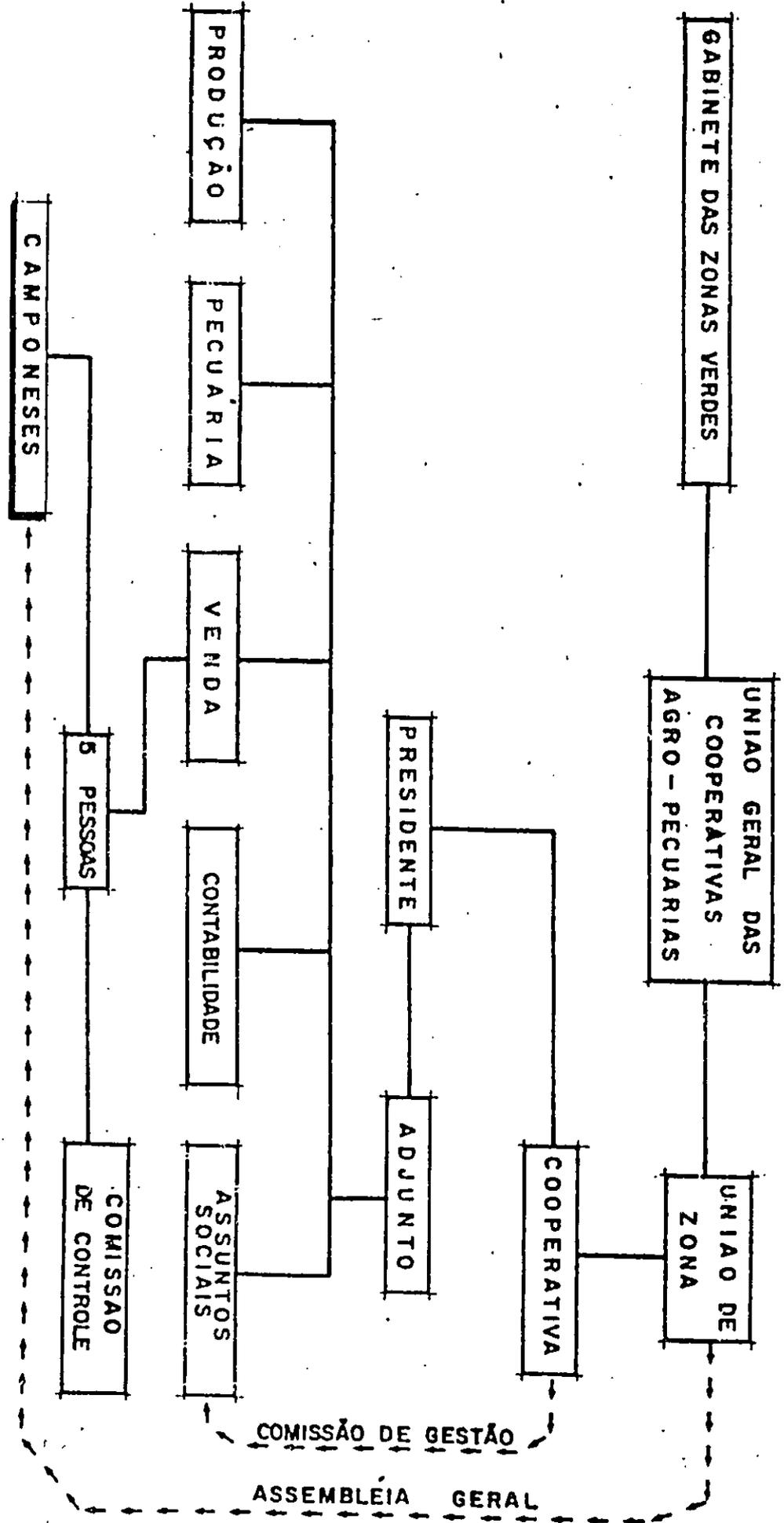
A N E X O S

MOVIMENTO COOPERATIVO DAS ZONAS VERDES DE MAPUTO

ORGANIGRAMA

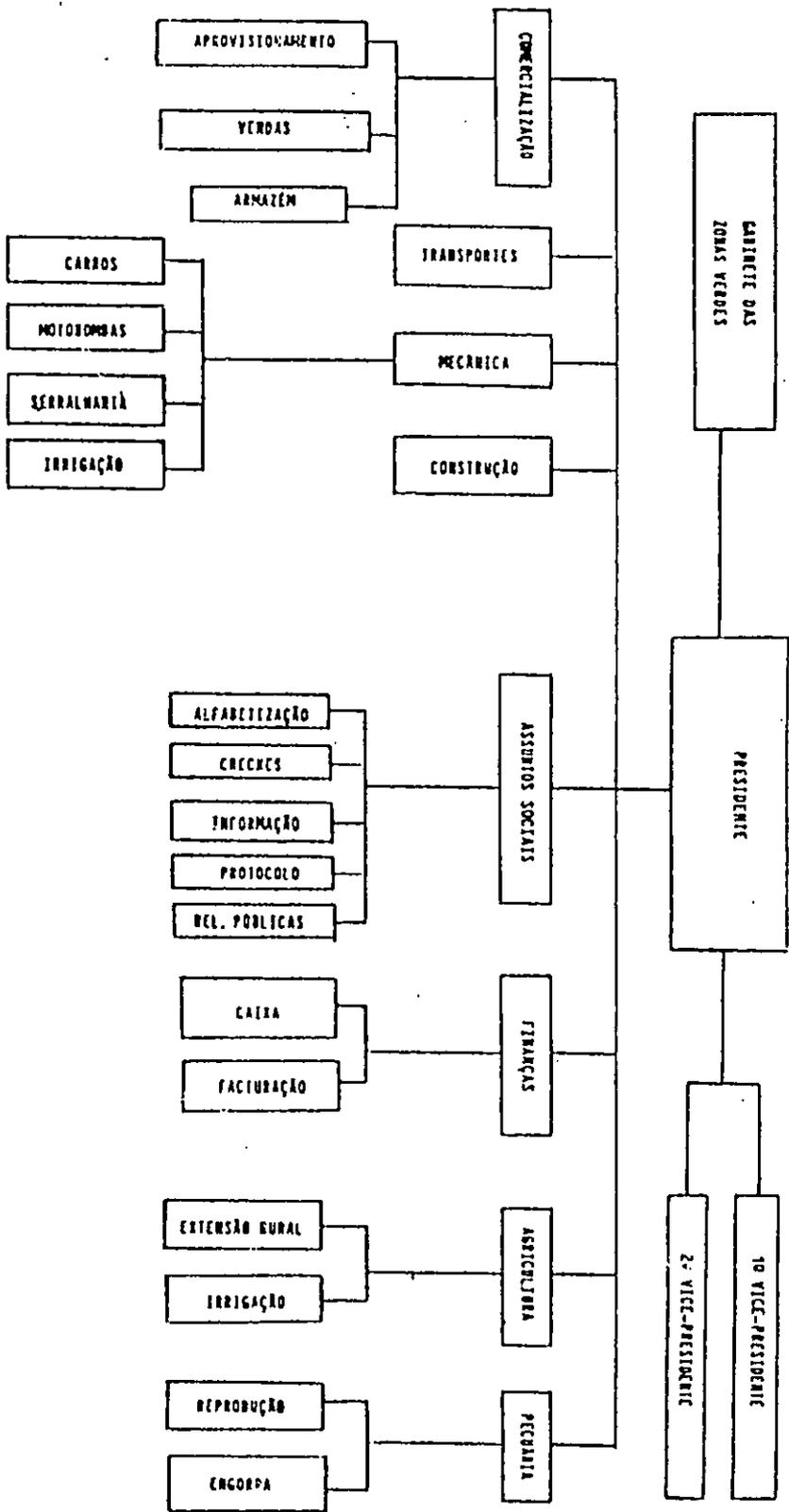


ORGANIGRAMA DE UMA COOPERATIVA

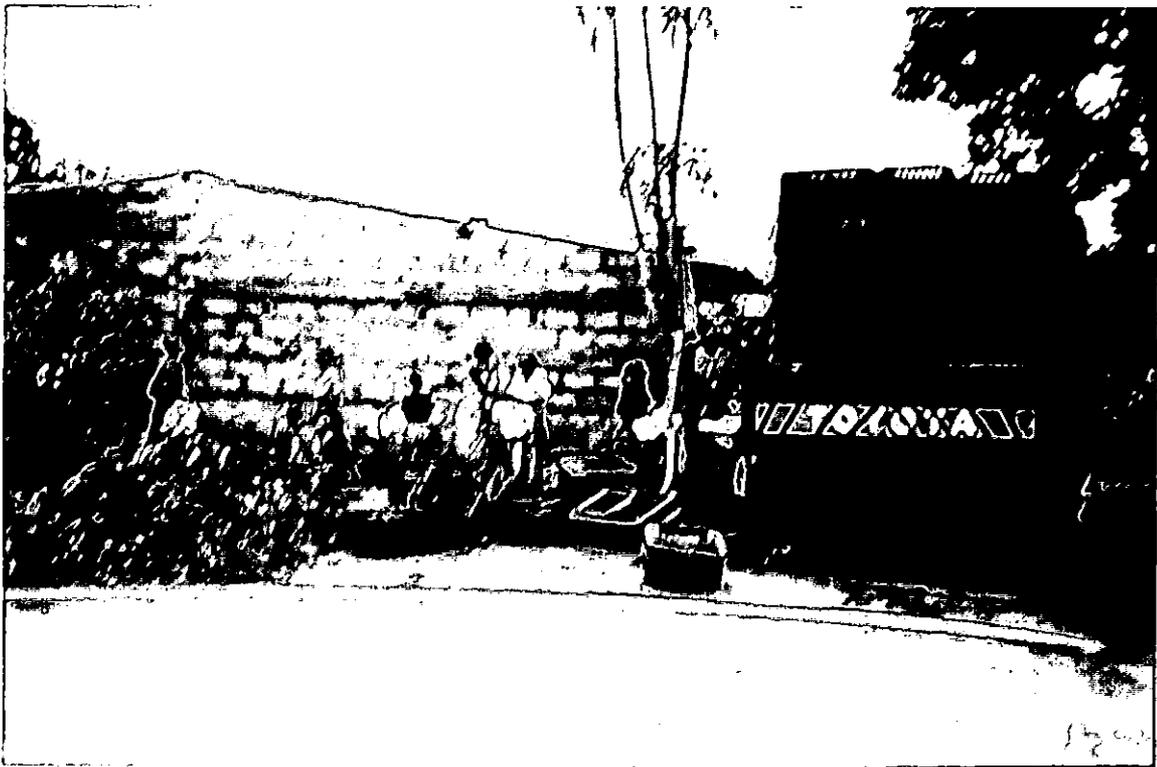


In: Movimento de Cooperativização do Campo - Balanço 1984. Plano 1985

ORGANIGRAMA DA UNIO-GERAL DAS COOPERATIVAS AGRO-PECUARIAS



Normas de Cooperativização de Campo - Balança de 85 - Plano 85 - União Geral das Cooperativas das Zonas Verdes de Angola - Março 1985





GUIÃO DAS ENTREVISTAS

Perfil

- 1- ID
- 2- Sexo 0.....Homem
1.....Mulher
- 3- Idade
- 4- Estado civil 0..... Casado
1..... Solteiro/a
2..... Viuvo/a
3Divorciado/a
4Outra situação

- 5- Quem e o chefe do seu agregado familiar?
0..... Voce mesma
1.....Seu marido
2.....Um familiar homem
3.....Um familiar mulher

- 6- Escolaridade
0.....Não tem
1.....Alfabetizada
2.....1 cl asse
3.....2 classe
4.....3 classe
5.....4 classe
6.....+ de 4 classe

- 7- Habilitacoes/Competencias/Outros
0Curso de gestão
1.....Cursos de liderança
2.....Contabilidade
3.....Tratamento de frangos
4.....Técnicas agrícolas
5..... Outros(?)

- 8- Ha quanto tempo entrou na cooperativa?
0.....No inicio
1.....1 a 2 anos depois
2..... 3 a 5 anos depois
3.....6 a 10 anos depois
4+ de 10 anos depois
5 So o ano passado
- 9- Porque entrou na cooperativa?
Livre(Conte como foi o processo)

10- Que fazia antes de entrar na cooperativa?

- 0..... Machamba
- 1.....So actividade domestica
- 2Machamba e actividade domestica
- 3..... Vendedora
- 4.....Confecção de produtos para venda
- 5..... Vendedora de produtos que fazia
- 6.....Outros

11- Que experiencias de actividades colectivas tinha antes?

- 0.....No contexto da OMM(se e mulher)
- 1.....No contexto das Machambas do Povo, Loja do Povo, Outra Cooperativa ou Aldeia Comunal
- 2.....No contexto da actividade agricola tradicional
- 3.....No contexto de outras actividades tradicionais
- 4..... Outros

12- Continua a desenvolver essas actividades?

- 0Sim
- 1.....Não

13- Se não porque razão deixou?

- 0.....Não tenho tempo
- 1.....Não preciso
- 2.....Não tenho força
- 3.....Outros

14- Se sim quanto tempo dedica a essas actividades?

- 0.....Uma jornada do dia todos os dias
- 1.....Menos dum jornada do dia todos os dias
- 2.....Uma jornada do dia alguns dias da semana(quantos)
- 3.....+ a 1 + 2
- 4..... So durante os fins de semana(quanto tempo)
- 5..... Outra situação

15- De 100 pessoas que trabalham na cooperativa quantas mulheres existem e quantos homens?

- 0Homens
- 1Mulheres

16- As vantagens que tem agora na cooperativa sao as mesmas que quando entrou?

- 0.....Sim
- 1.....Não

62. **Zonas Verdes de Maputo**- Movimento de Cooperativização do Campo.1. Análise da Situação e Plano de 1984. CEA 32K.Maputo.
63. **Zonas Verdes de Maputo** “*Continuação do programa de assistência técnica as Zonas Verdes – projecto de sistematização hidráulica e desenvolvimento agrícola no Vale do Infulene*”, cooptecnital, Fev. 1989, CEA 37/A Maputo.
64. Projecto para a produção de sementes hortícolas para o aprovisionamento das Zonas Verdes de Maputo.
65. **União geral das Cooperativas Agro-pecuárias de Maputo a)** – Relatório da direcção a Assembleia Geral: actividades do triénio 1994/96.
66. **IDEM b)** – Actividades de 1990 e plano para 1991, 1991, Maputo.
67. **IDEM c)** Actividades do triénio 1997/99.
68. **IDEM d)** “ Documentos de apoio a organização dos camponeses” Cadernos de Educação Cooperativa, série docs. n-1.
69. **Comissão Provincial de Camponeses de Sofala** – “Movimento Cooperativo em Sofala”, 1996, Beira.Moçambique.
70. **African Draft Platform for Action**, Nações Unidas , Conferencia de Beijing.

JORNAIS

71. **União Geral das Cooperativas** – “WASALA WENE” Jornal n 1, 15 de Abril 1988, Maputo.
72. **IDEM** “ WASALA WENE” Jornal 35, 4 de Abril 2001.
73. “*A Mulher no campo: uma vida de trabalho até ao por do sol* in: **Jornal “Noticias”**, 13 Junho 1998.
74. “*Organização de Produtores*” in: **Jornal Cooperativo de lingua portuguesa** nº16 ,Marco. 1997.Portugal.

ANEXOS

- Mapa do Movimento Cooperativo das Zonas Verdes de Maputo.
 Mapa das Cooperativas Agro-pecuárias de Maputo, 1984.
 Fotos tiradas localmente na observação directa das cooperativas, 2000.
 Ficha de Inquérito.

- 17- Se sim quais sao essas vantagens?
- 18- Se não quais eram as vantagens anteriores?
- 19- Que vantagens acha que tem em termos de aprendizagem
- 20- Se não tem quais as que deveria ter?
- 21- Que vantagens tem em termos de saude?
- 22- Se não tem quais as que deveria ter?
- 23- Que vantagens tem na Segurança social?
- 24- Se não tem quais as que deveria ter?
- 25- Das tres vantagens que falamos quais teve em tempos atras?
- 26- Acha que os homens consideram que o trabalho que desenvolvem as mulheres e igual ao deles?
0.....Sim
1.....Não
- 27- Se sim que expressão deles a faz pensar assim?
- 28- Se não que expressão faz pensar que não?
- 29- Pensa que para os seus colegas e indiferente ter uma chefe ou um chefe?
0.....Sim
1.....Não
- 30- Se sim porque?
- 31- Se não porque?
- 32- Pensa que as pessoas da mesma familia do chefe tem mais beneficios que as outras?
- 33- Os chefes tratam de uma maneira igual todos os/as subordinadas/os?
0.....Sim
1.....Não
- 34- Se sim como se manifesta?
- 35- Se não como se manifesta?
- 36- Como se estabelecem as relacoes entre a base (voces) e os tres niveis hierarquicos?
- 37- O facto da senhora trabalhar na cooperativa tem trazido problemas na sua casa?
0.....Sim

1.....Não

38- Se sim com quem da sua familia?

39- Porque?

So para os que estavam na cooperativa na altura da Guerra.

40- Durante o tempo que não tínhamos nada para comer e vestir , como se arranjou?

41- Que influencia teve o periodo da Guerra na sua vida?

42- Nesses momentos quais eram as formas de cooperação entre voces?

43- Actualmente quais sao as formas de cooperação?

44- Comparando com o que era antes como avalia as relacoes de cooperacao entre os colegas?

0.....Igualmente boas

1.....Igualmente normais

3.....Agora piores

45- No seu entendimento quais são os principais problemas que se manifestam na cooperativa?

....Enumera tres(Com a UGC, Colegas, Vizinhos.

46- Quais são as formas de resolução de cada um deles?

47 - A cooperativa tem apoios directos por parte do Governo, privados ou organizações estrangeiras?

0.....Sim

1.....Não

3.....Não sei

48- Se sim de quem e quais são?

49- Descreva um dia normal das suas actividades na cooperativa

a) Acorda a que horas

b) Primeira actividade a que horas?

c) Segunda actividades.....

d) Sai de casa a que horas?.....

e) O dia na cooperativa começa as

50- No seu entender que deveria ser melhorado na cooperativa?

a) No desenvolvimento da cooperativa

b) Nas relacoes pessoais entre cooperativistas

c) Nos beneficios pessoais

d) Na produção

e) Com os chefes de outros niveis.